



GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45

## 3ª Reunião do Comitê de Integração de Políticas Ambientais, Cipam.

Brasília/DF.  
16 de abril de 2013.

*(Transcrição ipsis verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

46 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Senhores, bom dia. Vamos  
47 dar início à nossa reunião do Cipam, a 3ª reunião do Comitê de Integração de  
48 Políticas Ambientais, Cipam. O Doutor Francisco Gaetani encontra-se na  
49 reunião, mas em breve deverá assumir a presidência. Antes de darmos início  
50 aos nossos trabalhos eu pediria que fizéssemos uma apresentação, pelo  
51 menos da mesa na ordem e depois os assessores e os auxiliares do  
52 DConama, Ministério do Meio Ambiente.

53

54

55 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Carlos Bocuhy, do  
56 Proam, Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, do representando as  
57 entidades ambientalistas.

58

59

60 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** – Mário Cardoso, da  
61 Confederação Nacional da Indústria, CNI, representando um dos  
62 representantes do setor empresarial.

63

64

65 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Marcílio Caron Neto,  
66 Setor florestal.

67

68

69 **A SRª. JACQUELINE VIEIRA DA SILVA (Governo de Estado de Goiás)** –  
70 Jacqueline Vieira, Secretária de Meio Ambiente do Estado de Goiás.

71

72

73 **O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo de**  
74 **Estado do Ceará)** – Paulo Henrique Lustosa, Presidente do Conselho de Meio  
75 Ambiente do Estado do Pará, pela Abema.

76

77

78 **A SRª. VANESSA ARDUINA LIMA (Anamma Nacional)** – Vanessa Arduína,  
79 Secretária de Meio Ambiente de Cabo Frio, representando a Anamma.

80

81

82 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama/**  
83 **MMA)** – Adriana Mandarino, Diretora do Departamento de Apoio ao Conama.

84

85

86 **O SR. HENRIQUE DINIZ (DConama)** – Henrique Diniz. Departamento de  
87 Apoio ao Conama.

88

89

90 **A SRª. JAMILLE LAVALE CARVALHO (Confederação Nacional dos**  
91 **Municípios)** – Jamile Lavale, da Confederação Nacional de Municípios.

92

93

94 **O SR. RAFAEL MACEDO (Ibama)** – Rafael Macedo, coordenador substituto  
95 de energia elétrica, nuclear e dutos, do Ibama, licenciamento ambiental.

96

97

98A **SRª. MAÍRA LUÍSAMILANI DE LIMA (DConama/MMA)** – Maíra,  
99Departamento de Apoio ao Conama.

100

101

102**O SR. LAURO LEÃO (BNDS)** – Lauro leão, do BNDES.

103

104

105**O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (DConama/MMA)** – Anderson,  
106Departamento do Apoio ao Conama.

107

108

109**O SR. CARLOS EDUARDO (Incra)** – Carlos Eduardo coordenador geral do  
110meio ambiente do Incra.

111

112

113**O SR. MARCO PAVARINO (MDA)** – Marcos Pavarino, MDA.

114

115

116**O SR. LEONARDO BELVINO PÓVOA (MME)** – Leonardo Póvoa, Ministério de  
117Minas e Energia.

118

119

120**O SR. MOISÉS SAVIAN (MMA)** – Moisés, Secretaria de Extrativismo e  
121Desenvolvimento Rural e Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente.

122

123

124**O SR. MARCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Márcio Freitas,  
125Coordenador Geral de Avaliação de Substâncias Químicas do Ibama e  
126Conselheiro do Conama.

127

128

129**O SR. MÁRCIO BERALDO VELOSO (Ibama)** – Márcio Beraldo Veloso,  
130Coordenador Substituto de Controle de Emissão de Resíduos, e Coordenador  
131do Programa de Controle de Emissões Veiculares.

132

133

134**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Bom senhores, bom dia.  
135Vamos dar início à nossa reunião. A pauta hoje é na parte de admissibilidade  
136da matéria seria a análise do processo 54000.000113/2012-86, uma proposta  
137de Resolução que trata da adequação dos procedimentos referentes ao  
138licenciamento ambiental de projetos de assentamento de reforma agrária,  
139elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra, e  
140o proponente é o Ibama e o MDA. Se os senhores se recordam essa matéria  
141foi aprovada para ser analisada em regime de urgência. O segundo processo é  
142um processo 656/2013-81, desse ano é uma proposta de revisão da Resolução  
143432/2011, que estabelece as novas fases de controle de emissão de gases  
144poluentes por ciclomotores, motores e veículo similares novos, e dá outras  
145providências. Essa proposta uma proposta é uma proposta da Proam, cujo

146Doutor Carlos Bocuhy representa aqui no Cipam. Depois tem a proposta  
1472302/2012, uma proposta de Resolução que dispõe sobre o licenciamento de  
148parque eólicos, o proponente é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul,  
149Ibama, os representantes do Ibama estão presentes, da Fepam não está  
150presente, mas o Ibama poderá fazer as explicações necessárias. O último item  
151substantivo da pauta, vem de uma demanda da última reunião do Cipam, salvo  
152engano do Miguel Scarcello, representando as ONGs da Região Norte, para  
153que o Ministério do Meio Ambiente apresentasse uma situação do Plano  
154Plurianual 2012/2015, onde fosse apontados os principais programas, projetos,  
155objetivos e iniciativas relacionadas à área de meio ambiente, no sentido de dar  
156início à discussão das interações das demais políticas públicas, Doutor Bocuhy,  
157com a questão ambiental. Então, eu devo fazer uma apresentação, a Diretoria  
158de Gestão Estratégica a qual eu sou diretor, preparamos uma apresentação  
159onde nós vamos falar um pouquinho do PPA, depois vamos falar da inserção  
160da área ambiental no programa geral de Governo, destacar os principais  
161programas da área ambiental e destacar os demais programas que teriam uma  
162certa transversalidade, um ponto de contato com a questão ambiental. É  
163meramente uma leitura didática do PPA, apontando onde, quem é quem no  
164orçamento e onde a questão do desenvolvimento sustentável e a questão do  
165meio ambiente está inserida na política total, em todas as políticas de Governo.  
166Então, um primeiro, a primeira abordagem que eu acho interessante, talvez  
167para os colegas de Governo seja uma coisa um pouco repetitiva, mas eu acho  
168que vai ser um ponto importante da nossa reunião hoje, ter conhecimento e  
169talvez a partir desse ponto iniciarmos, estabelecermos novas estratégias de  
170aproximação ou de tratamento das demais políticas públicas em relação à  
171questão ambiental. Esta é uma demanda que está no mandato do Cipam e era  
172uma demanda do antigo membro do Cipam, representando as ONGs da  
173Região Norte, SOS Amazônia, o Doutor Miguel Scarcello. Em discussão o  
174primeiro ponto de pauta, proposta de Resolução relacionada ao licenciamento  
175dos projetos de assentamento da reforma agrária. Eu pediria a palavra para  
176fazer apresentação. Doutor Marcos Pavarino ou Cadú. Uma introdução.  
177Contexto geral. Pavarino?

178

179

180**O SR. MARCO PAVARINO (MDA)** – Bom dia a todos e todas. Eu sou Marcos  
181Pavarino, Ministério do Desenvolvimento Agrário e também Conselheiro do  
182Conama. Bom, eu acho que não é o caso de entrar no mérito da proposta, mas  
183só uma contextualização, o que levou o MDA juntamente com o Ibama a trazer  
184esta proposta de alteração da Resolução do licenciamento ambiental de  
185assentamentos da reforma agrária, num contexto muito breve, a própria  
186evolução que nós temos desde lá da 237, passando pelo 289, depois da 387,  
187todas as Resoluções do Conama, mas especialmente as adequações que nós  
188temos de serem feitas necessariamente por quê? Por conta do novo marco  
189legal do Código Florestal. O Código Florestal traz alguns aspectos  
190fundamentais em relação à regularização ambiental ele diferencia aquilo que a  
191Resolução hoje vigente trata da regularização ambiental e licenciamento  
192ambiental conjuntamente. Então, é necessária esta adequação para nós  
193diferenciarmos de forma específica o que é que deve ser tratado como  
194regularização ambiental, com os aspectos específicos que devem ser tratados  
195como o Código Florestal traz, por exemplo, o Programa de Regularização

196Ambiental, e o que é especificamente objeto de licenciamento. Isso  
197estabelecido aí desde a 237, como licenciamento de atividades. Então, em  
198contexto geral é isso, é um dos motivos, o principal motivo que nós temos  
199proposto, essa Resolução para adequar o licenciamento ambiental dos  
200assentamentos de reforma agrária. Não sei Cadú, se você quer fazer algum,  
201conteúdo mais específico.

202

203

204**O SR. CARLOS EDUARDO (Incra)** – Na verdade, a Resolução Conama 387  
205de 2006 ela trata tanto de regularização ambiental quanto de licenciamento de  
206atividades. Na ausência do instrumento de regularização ambiental no antigo  
207Código Florestal, instrumento claro como temos o Cadastro Ambiental Rural e  
208o Programa de Regularização Ambiental, presente no novo código a nossa  
209Resolução ela trata tanto da identificação e recuperação das áreas protegidas  
210APP e reserva legal, e de todo o seu processo de recuperação, como também  
211do licenciamento de atividades. Porém, a Resolução ela vem sendo tratada nos  
212Estados e na maioria dos Estados muito mais como um instrumento de  
213regularização ambiental, porque nós obtemos o licenciamento de instalação e  
214operação do projeto de assentamento e na sequência nós temos que solicitar  
215diversas licenças para diversas atividades, que aí sim as atividades que são  
216desenvolvidas naquele projeto. O fato é que nós temos aproximadamente  
217900.000 assentados de reforma agrária, inscritos e regulares junto ao  
218Programa Nacional de Reforma Agrária que vão ter que dar entrada no seu  
219Cadastro Ambiental Rural. Eu costumo brincar falando que é um trabalho do  
220tamanho do Incra, que é uma instituição de uma capilaridade muito grande e  
221que está em todos os Estados em alguns Estados, inclusive com mais de uma  
222superintendência regional como é o caso do Pará e Pernambuco. Então, nós  
223temos um trabalho muito grande de quase 6.000 assentamento sob efetiva  
224gestão Incra que vão necessitar realizar o Cadastro Ambiental Rural e dentro  
225desses assentamentos, dos seus assentados que são vão ter o Cadastramento  
226ambiental rural realizado, adesão ao PRA e recuperação de reserva legal e  
227APP. Então, o fato é um que trabalho que já seria abrangido pelo licenciamento  
228da 387, só que nós como instrumento agora claro de regularização ambiental  
229que é o Cadastro Ambiental Rural nós queremos, na verdade, apartar as  
230legislações que caminham paralelos, mas são complementares, que é a 6.938,  
231Política Nacional de Meio Ambiente que define as inserções de licenciamento  
232ambiental e Código Florestal, ou seja, Código Florestal tudo que é relativo a  
233recuperação da APP, reserva legal, identificação, enfim, o que está no conceito  
234do Care e PRA nós vamos tratar como instrumento do Código Florestal. O  
235licenciamento das atividades é o licenciamento conforme os órgãos estaduais  
236de meio ambiente mora já veem trabalhando para qualquer tipo de atividade,  
237ou seja, se o agricultor familiar necessita de uma licença para exercer alguma  
238atividade dentro da sua área, da mesma forma nós queremos isonomia com os  
239assentados de reforma agrária que também... Então, a questão é licenciar as  
240atividades dentro de projeto dos assentamentos e regularizar ambientalmente  
241projeto do assentamento, é um trabalho realmente muito grande, repetindo de  
242quase 900.000 famílias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

243

244

245 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – obrigado Carlos Eduardo,  
246 Incra. Eu perguntaria aos senhores Conselheiros e senhores membros do  
247 Cipam se existe alguma dúvida, alguma interpelação, alguma solicitação de  
248 esclarecimento.

249

250

251 **SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo de**  
252 **Estado do Ceará)** – Eu queria só uma consulta, na verdade, a remissão na lei,  
253 só... A remissão na lei a esta regulamentação, ou seja, o Código Florestal,  
254 porque eu acho que nós estamos assistindo a um processo de discussão de  
255 competência, inclusive para legislar sobre matéria. E aí só para nós... No  
256 Congresso tem um movimento forte principalmente a partir do Código Florestal  
257 e da... De o Congresso trazer para si uma série de competências que hoje o  
258 Conama tem desempenhado. E aí eu queria só entender se a lei, o Código  
259 Florestal remete em algum momento essa complementação da norma, ou se é  
260 uma iniciativa que parte dessa identificação de possíveis dificuldades que nós  
261 vamos ter mais na frente.

262

263

264 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Deixa-me atenuar dar esse  
265 esclarecimento, depois o Marcos Pavarino pode complementar. Nós temos dois  
266 pilares em discussão que vão afetar profundamente as relações não em termos  
267 de competência, as atribuições, mas em termos de ordenamento que é a LC  
268 140/2011 que está sendo regulamentada, está em processo de  
269 regulamentação e o Código Florestal. No caso específico do Código Florestal,  
270 do novo Código Florestal brasileiro, com a criação do Cadastro Ambiental Rural  
271 e com o decreto do Cadastro Ambiental Rural, caberá no caso específico dos  
272 assentamentos de áreas de projetos de reforma agrária, que o Incra faça esse  
273 cadastro. Todo e qualquer imóvel rural deverá ser cadastrado obrigatoriamente.  
274 Então, a ideia da normatização no primeiro momento é o que Incra assuma  
275 aqueles projetos, digamos, não regularizados, assuma a condução do Cadastro  
276 Ambiental Rural. Essa matéria do licenciamento já estava regulamentada em  
277 uma Resolução Conama 387/2006. Tendo em vista essas novidades, quer  
278 dizer, essas introduções colocadas e pelo novo Código Florestal, há a  
279 necessidade de se rever esse processo, até porque é oportuno associar o  
280 momento do cadastro aonde o proprietário rural vai ter a sua regularidade  
281 ambiental relacionada a APP, reserva legal e áreas consolidadas, aproveitar  
282 esse momento de regularização ambiental e oferecer oportunidades para que  
283 ele consiga a regularização relacionada ao licenciamento. Que é um pouco  
284 mais do que esses três itens da nova lei, que seria o licenciamento ambiental  
285 das atividades dentro desses imóveis supostos rurais. Então, não há  
286 especificamente o comando para o Conama fazer, mas há a necessidade  
287 derivada de com um comando da lei aonde o Conama tem sim condições via  
288 Resolução fazer a normatização e o ajuste necessário para que o Cadastro  
289 Ambiental Rural e o Programa de Regularização Ambiental criado pelo novo  
290 Código Florestal seja levado a efeito e a cabo junto com a regularização  
291 ambiental desse surgimento de reforma agrária e assentamentos fundiários.  
292 Então, é extremamente oportuno, como o Cadú colocou, é um esforço enorme  
293 que o cadastro vai envolver e o MDA e o Ibama entendem que é uma  
294 oportunidade de trazer para a regularidade uma série de assentamentos que

295hoje se encontram em fase irregular ou impossibilitadas inclusive de fazer  
296novas melhorarias e de poder ter sua vida tranqüila do ponto de vista de crédito  
297agrícola e outras políticas públicas. São sei Pavarino, se você quer acrescentar  
298alguma coisa. Mais alguma dúvida interpelação? Pois não, Doutor Bocuhy.

299

300

301**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu sinto a  
302ausência aqui de representantes do Ministério Público. Eu acho importante nós  
303ressaltarmos que essa questão do Código Florestal sofre hoje a tendência de  
304ADINs, as três Ações Diretas de Inconstitucionalidade, referentes à anistia,  
305APP e topo de morro e tenho informações que mais três ADINs estão  
306ingressando com relação ao Código Florestal também, movidas pela  
307Procuradoria Geral da República, de fato que nós estamos tratando de  
308algumas questões no Conama e acho que o Conama vai se debruçar sobre  
309alguns assuntos referentes ao Código Florestal, sem que essa discussão  
310tivesse sido realmente travada com fundamentação científica adequada. Houve  
311um despreparo do nosso ponto de vista do próprio Congresso Nacional na  
312tratativa dessa questão e conseqüentemente nós estamos lançados no  
313momento a uma, eu diria, insegurança jurídica enorme com relação a essas  
314questões. Então, eu chamo atenção dos membros Cipam, do Conama que  
315essa realidade para nós hoje não é fácil. E o Conama começar a regulamentar  
316questões que estão com tal nível de insegurança jurídica, como demonstradas  
317por essas ADINs que nos leva a uma situação muito instável que então, essa é  
318uma avaliação que deve ser feita em todos os processos referentes ao Código  
319Florestal.

320

321

322**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu agradeço a sua  
323observação, é um fato, a AGU está nos consultando informalmente sobre  
324essas ADINs, para nós prepararmos, digamos, a argumentação técnica  
325necessária para que a AGU faça a defesa, mas assim ressalto, esse termo  
326específico já é um tema que era motivo de uma Resolução do Conama que nós  
327estamos reformulando em função de um comando do novo Código Florestal,  
328em função de um Decreto que cria CAR e o CRA, Cadastro Ambiental Rural, o  
329CRA, mas não é uma remissão direta, quer dizer, o novo código não fala  
330“Conama faça isso”, quer dizer, é uma derivação de um assunto que nós  
331entendemos, inclusive que é extremamente oportuno que o Conama não perca  
332esse tipo de espaço no processo de regulamentação.

333

334

335**O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** – Só fazer um  
336comentário em cima da gala do Guto. A questão do passivo, o passivo aí dos  
337assentamentos, esse passivo é de toda a agropecuária, de todas as  
338propriedades rurais. No caso dos assentamentos tem um agravante, um  
339agravante porque estamos falando de uma atividade que é coordenada por um  
340órgão do Governo, quer dizer, nós temos um passivo que é de não  
341cumprimento de lei, não cumprimento de reserva legal e APP há muito tempo.  
342Então, não tem um atenuante, tem um agravante na história em relação ao  
343restante da agropecuária. Nesse sentido até seria interessante que nós  
344pudéssemos revisar toda a 237 porque têm outras atividades que também

345caem no mesmo caso, eu não estou tirando a importância disso não. Eu acho  
346que nós temos que regularizar, temos é que ir para a legalidade. Aproveitar a  
347oportunidade que foi dada pelo Código Florestal agora para nós nos  
348regularizarmos, não vamos ficar olhando para o passado que também não  
349adianta nada, mas isso talvez não coubesse só a questão dos assentamentos.

350

351

352**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – perfeito. Acho que a sua  
353observação é extremamente importante porque é o chamamento que nós  
354estamos tentando fazer e talvez o grande consenso que nós temos conseguido  
355nessa discussão do Código Florestal é esse esforço da regularidade ambiental.  
356Quer dizer, assumir que haja uma legislação que deixava muito na legalidade,  
357a atual tem essa oportunidade de trazer o processo de regularização à mesa e  
358eu acho que essa sua observação é extremamente importante porque além  
359dos proprietários privados, com o CRA e com o PRA, esse processo de  
360licenciamento e regularização de imóveis rurais do Incri também é  
361extremamente importante nesse contexto para a política agrária brasileira.  
362Doutor Marcílio Caron, pelo Setor Florestal, depois a Vanessa, pela Anamma.

363

364

365**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu vou ao encontro do  
366que o Mário acabou de colocar, eu já me manifestei na reunião preparatória da  
367última reunião Plenária do Conama, no sentido de que Conama faça revisões e  
368revogações de resoluções como 237, 1/86, 302, 303 que estão diretamente  
369ligadas à regulamentação da antiga lei 4.471 que foi revogada, isso porque nós  
370temos notícias em vários Estados que o Ministério Público ainda usa esse tipo  
371de instrumento para estar enquadrando proprietários rurais. E nós, por estar  
372em vigência essas Resoluções que criam seriíssimos problemas. Então, eu vou  
373ao encontro de que o Conama faça uma revisão e partindo para as revogações  
374dessas Resoluções que regulamentavam a antiga Lei do Código Florestal.

375

376

377**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado Doutor Caron. Eu  
378só queria dar mais um informe, é que essa preocupação está na pauta do dia  
379de fazer essa revisão até em função da própria LC 140, quer dizer, Resoluções  
380que vão ter que ser revogadas totalmente, Resoluções que vão conflitar com a  
381regulamentação, Resoluções que parte delas poderão ser aproveitadas até  
382para regulamentar ausências do Decreto da Lei, quer dizer, nós vamos passar  
383por um processo muito intenso no Conama de ter esse cuidado de talvez fazer  
384com reflexão e com serenidade toda essa revisão para evitar essa dupla  
385interpretação, essa possibilidade de questionamento daquilo que vale ou deixa  
386de valer e que acaba gerando um ônus muito grande lá na ponta para o  
387cidadão usuário da legislação ambiental. Então isso é um esforço que terá que  
388ser feito, nós estamos fazendo um levantamento inicial. Por exemplo, questão  
389de fauna, muita coisa de fauna já na LC 140 já é clara, já é competência de  
390determinados Estados. Então, as Resoluções que tratarem disso têm que se  
391adaptar ou serem revogadas, mas eu acho que a partir desse meio de ano para  
392frente, superado esse problema da regulamentação da LC 140 e de algumas  
393regulamentações como a do Código Florestal que tem uma para ser no dia 25  
394de maio sobre o Programa de Regularização Ambiental, esse trabalho de



395revisão e de atualização das Resoluções Conama vão ser extremamente  
396importante. Vanessa, da Anamma, por favor.

397

398

399**A SR<sup>a</sup>. VANESSA ARDUINA LIMA (Anamma Nacional)** – Na verdade, ainda  
400no mesmo sentido o que Mário, da CNI, e o Marcílio, do Setor Florestal, houve  
401há algum tempo e a última reunião do Cipam houve essa cobrança sobre a  
402237, a 01 foi questionado e encaminhado para o para o Ministério, pelo menos  
403a Anamma recebeu e acho que outros setores também receberam, da  
404proposição de um Grupo de Trabalho para rever isso e nós ainda não temos,  
405pelo menos a Anamma não recebeu esta resposta. E também lembrando,  
406realmente essa necessidade das revogações expressas da 302, 303 e da 369  
407porque assim, os Estados eles não somente o Ministério Público, não somente  
408o Ministério Público que vem com esse problema, mas os órgãos também se  
409sentem pressionados e não se posicionando quanto a essas Resoluções.  
410Então, nós realmente ficamos bem preocupados com isso.

411

412

413**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Vanessa, só para dar mais  
414em informe outra vez. Com relação a proposta da Abema que foi encaminhada  
415e que vocês fizeram um parecer, um resultados de uma reunião que houve em  
416Maceió ano passado, quer dizer, essa proposta está sendo a base da  
417discussão, nós não podemos confundir processo de licenciamento ambiental  
418com regulamentação da LC 140. Isso que eu quero esclarecer porque na LC  
419140 você tem a questão das tipologias, que nós precisamos definir e outros  
420procedimentos que independem da questão de licenciamento ambiental. Então,  
421na reunião com a Abema a Ministra que esteve presente, salvo engano, mês  
422passado, pediu que a Abema indicasse 4 membros, eu não tenho muito clareza  
423da quantidade, para que pudesse interagir um pouco mais com relação à  
424regulamentação da LC 140. A sua preocupação da participação da Anamma  
425também vai ser resguardada, quer dizer, haverá um momento que nós  
426deveremos estar chamando a Anamma, inclusive na Reunião Tripartite  
427Nacional tem a presença de três membros dos Municípios, três membros  
428Estados, três membros do Governo Federal. Aproveito para lembrar, eu ia dar  
429um informe no final da reunião, mas eu vou passar o ofício, tem um membro  
430eleito pelo Conama. O DConama já disparou o processo de eleição desse  
431membro via Internet, aos moldes da eleição do Membro Honorário que sempre  
432funcionou muito bem, nunca tivemos problema, para o que Conama eleja o seu  
433membro que não pode ser representante do poder público. Isso reduz a esfera  
434dos candidatos, digamos assim, ao setor privado, às entidades, às  
435Organizações Não Governamentais e aos representantes do setor produtivo.  
436Só para reforçar nós vamos depois passar o ofício com os dados para que nós  
437fiquemos atentos para não perder os prazos, não só de candidatura de eleição,  
438mas como de escolha desse membro extremamente importante que vai compor  
439a Tripartite Nacional e quem deverá sugerir é a Presidência da República, as  
440alterações, as inserções mais importantes para regulamentação da LC 140.  
441Vanessa.

442

443

444 **A SR<sup>a</sup>. VANESSA ARDUINA LIMA (Anamma Nacional)** – Na verdade, eu não  
445 coloquei sobre a 140, era sobre realmente a pauta que teria sido encaminhada  
446 sobre a discussão da 237 e da 01, não sobre a 140.

447

448

449 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Com relação a isso, na  
450 Câmara de Controle Ambiental na qual nós temos a oportunidades de presidir  
451 nós tiramos a oportunidade de fazer um Grupo Técnico para discutir o processo  
452 de licenciamento ambiental. E nós entendemos que esses dois esforços podem  
453 ser conciliados, quer dizer, não faz sentido fazermos uma discussão do  
454 processo de licenciamento ambiental sem levar em consideração a  
455 regulamentação da LC 140. Tanto é que o maior problema das questões de  
456 tipologias e o que fica com os Estados, com a União e com os Municípios.  
457 Então, Vanessa nós em breve estaremos chamando esse grupo, os membros  
458 já foram indicados tanto os Estados quanto os Municípios, quanto a Academia,  
459 as pessoas já fizeram as indicações das pessoas, dos técnicos que poderiam  
460 passar nessa reunião e em breve nós estaremos chamando essa reunião para  
461 conciliar com esse esforço de regulamentação da LC 140. Com relação ainda a  
462 discussão da proposta de Resolução do MDA, nós...

463

464

465 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Na última reunião, a  
466 última Plenária foi mencionado a formação de um grupo para discutir  
467 licenciamento ambiental. Eu gostaria de saber se isso já tem posição.

468

469

470 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Existe uma série de sócios,  
471 uma coisa é o processo de licenciamento que passa pela regulamentação da  
472 2001, parte da 237, outro esforço e o Decreto de LC 140. Nós estamos num  
473 esforço no Governo de ouvir as partes setoriais. Então, nós estamos ouvindo  
474 os principais Ministérios de infraestrutura, o Ministério de Minas e Energia,  
475 portos, questão de hidrovias, rodovias. Então, nós estamos ouvindo os órgãos  
476 setoriais que mais demandam, digamos assim, as grandes obras. O segundo  
477 esforço é de ver as partes envolvidas que hoje você tem no processo de  
478 licenciamento, a questão do envolvimento, além do Ibama, do IPHAN, do  
479 Instituto de Patrimônio Histórico, Funai, ICMBio e da Fundação Palmares.  
480 Então, nós estamos em um processo de orquestração dessas partes  
481 envolvidas e de oitiva do setor mais pesado do licenciamento que é  
482 infraestrutura. Haverá um momento que esse esforço da reunião técnica do  
483 licenciamento, esse grupo de acompanhamento de licenciamento deverá  
484 convergir para esta iniciativa de regulamentação da LC 140. Não é tão simples,  
485 a coisa não é... Não é um assunto tão fácil de ser conduzido porque envolve  
486 praticamente toda uma revisão, não só do comportamento das atribuições da  
487 União, dos Estados e Municípios, mas regras e procedimentos que afetam todo  
488 e qualquer setor econômico brasileiro, mas há sim uma preocupação de fazer  
489 essa convergência dos grupos. Eu queria voltar à pauta, nós podemos até  
490 continuar esse assunto nos informes gerais, para que os nossos companheiros  
491 do MDA que têm uma reunião hoje à tarde sobre esse assunto possam ser  
492 liberados. E aí eu voltaria a consultar os senhores conselheiros e conselheiras,

493 existe mais alguma dúvida? Podemos aprovar a admissibilidade? Adriana, tem  
494 algum rito que tem que ser seguido?

495

496

497 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama/**  
498 **MMA)** – Gostaria só de acrescentar que essa matéria vai estar em pauta na  
499 Câmara Técnica de Controle Ambiental dias 23 e 24 desse mês e em seguida  
500 vai ser feita uma outra reunião da Câmara Jurídica, que a jurídica já se reúne  
501 amanhã e depois. Depois dessa Câmara de Controle, passando numa Câmara  
502 só ela vai ser pautada na jurídica, ainda antes da próxima Plenária, que está  
503 marcada para 22 e 23 de maio. Isso porque como tem um pedido de urgência  
504 feito ela tem que estar pautada na próxima Plenária. Então, eu lembro algumas  
505 avaliações que foram feitas aqui de mérito dizendo que são... Compreendo  
506 como pertinentes, são dúvidas e questões a serem debatidas nas Câmaras,  
507 tanto na Câmara de Mérito quanto na Câmara de Assuntos Jurídicos. A  
508 discussão hoje aqui é meramente de forma. Pertinência e admissibilidade, que  
509 é o que o Cipam, que é o que se colocou no último Regimento nosso para a  
510 tarefa do Cipam.

511

512

513 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Senhores membros, posso  
514 conduzir a votação no sentido de admitir a proposta de Resolução? Alguma  
515 restrição? Ok aprovado. Então, está admitida a proposta de Resolução que  
516 será analisada na Câmara de Controle Ambiental, dias 23 e 24 de abril  
517 próximo. Muito obrigado. Marcos Pavarino e Cadú, se vocês tiverem algum  
518 outro compromisso fiquem à vontade, o pessoal do Inkra é muito... Tem uma  
519 agenda curta. Muito obrigado gente. Um abraço. O próximo ponto de pauta é o  
520 processo 656/2013/81 que é uma proposta de revisão da Resolução 432/2011,  
521 que estabelece as novas fases de controle de emissão de gases poluentes por  
522 ciclomotores, motocicletas e veículos novos, que é uma proposta da Proam, do  
523 Doutor Bocuhy, membro do Cipam, que peço a gentileza de fazer os seus  
524 esclarecimentos iniciais.

525

526

527 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – A nossa proposta  
528 se baseia na necessidade de justificativa, da necessidade de proteção da  
529 saúde pública na região metropolitana de São Paulo. Desde que a Resolução  
530 hoje proposta ela não trata de forma adequada da durabilidade dos sistemas  
531 de controle de poluição das motos com relação à rodagem. Ela foi baseada em  
532 um modelo europeu onde as motocicletas rodam 18.000 quilômetros por ano,  
533 esse é o padrão europeu, clima diferente do nosso, nós temos na Europa as  
534 motos de grande porte, as pequenas rodam pouco também, de modo que a  
535 realidade europeia é muito diferente da brasileira, principalmente das grandes  
536 metrópoles. A região metropolitana de São Paulo nós temos cerca de 250.000  
537 moto fretes, moto frentistas, o que significa um terço da frota circulante na  
538 cidade de São Paulo. Moto frentista em São Paulo não é exceção, eles são  
539 quase que maioria das motos na cidade de São Paulo. E essas motos de moto-  
540 frete em São Paulo rodam de 50.000 a 80.000 quilômetros por ano segundo  
541 dados da Associação de Moto-Frete de São Paulo. Dessa forma a Resolução  
542 que prevê apenas um catalisador com durabilidade para 18.000 quilômetros,

543ela não compreende esse universo de moto frentista e, portanto, nós vamos  
544ficar sujeitos, depois de 3 a 4 meses que essa moto saiu da fábrica, saiu da loja  
545ao lançamento do total da poluição na atmosfera, sem equipamento de controle  
546que compreenda esse índice maior de necessidade de rodagem que o setor de  
547Moto-Frete têm. E aí o que nós entendemos é que nós temos uma região  
548metropolitana com 20.000.000 de pessoas. Nessa região 7.000 pessoas  
549morrem por ano em função de problemas cardiovasculares e respiratórios,  
550decorrentes de poluição, é uma situação de emergência e não poderíamos  
551admitir que uma Resolução Conama não atingisse o seu objetivo no sentido de  
552proteger a saúde pública e evitar essa morbidade que hoje existe. Eu chamo  
553atenção também que essa nossa iniciativa jamais penalizaria o próprio setor do  
554moto fretes com encarecimento, qualquer coisa nesse sentido, porque para  
555quem conhece São Paulo e conhece a realidade dos motoboys eles andam em  
556fila indiana, em uma só pista e eles são os maiores, eu diria, atingidos, são  
557mais vulneráveis à própria poluição das motocicletas, principalmente de  
558algumas substâncias. Então, nós não gostaríamos de ver São Paulo  
559transformada em uma situação como da Ásia onde os motoboys, motociclistas  
560usam máscaras para controlar um pouco de particularidades e etc.. E tendo em  
561vista esse universo de 20.000.000 de pessoas atingidas que é mais do que a  
562população de muitos países nós pedimos que se contemple a realidade  
563brasileira na durabilidade dos catalizadores das motocicletas. Esse é o motivo  
564do pedido de revisão da Resolução e também do caráter de urgência. Nós  
565sabemos que existe uma necessidade da indústria de se adaptar a esse  
566processo. Compreendemos isso, talvez isso tenha que ser negociado no  
567processo da revisão da Resolução com uma emenda, estaríamos abertos a  
568essa possibilidade, nós não queremos criar nenhum problema para nenhum  
569dos setores, nós queremos solucionar o problema no menor tempo possível.  
570Além disso, acho que nós cometemos um pequeno erro de alíneas onde  
571colocamos as nossas exigências em alíneas erradas, mas isso eu acho que  
572pode ser absolutamente compreendido. Então, fazendo essa retificação e  
573colocando a nossa proposta de adequação a um prazo que seja razoável para  
574uma negociação, nós mantemos essa proposta e apresentamos ao Cipam.

575

576

577**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado, Doutor Bocuhy. Eu  
578queria pedir desculpas, mas nós tivemos a presença de mais dois membros do  
579Cipam e eu tive a indelicadeza de não anunciar e daí queria que os senhores,  
580por favor, se apresentassem para constar da ata.

581

582

583**O SR. LUIS ALBERTO DE MENDONÇA SABANAY (MPA)** – Luis Sabanay,  
584Ministério da Pesca e Aquicultura.

585

586

587**A SR<sup>a</sup>. JAMILLE LAVALE CARVALHO (Confederação Nacional dos**  
588**Municípios)** – Jamille Lavale, Confederação Nacional dos Municípios, eu estou  
589como suplente do Valtemir.

590

591

592 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado. Sejam bem  
593 vindos. Perdão por não ter feito o anúncio anteriormente. Bom, feitas as  
594 colocações pelo representante da Proam e membro do Cipam, Doutor Bocuhy,  
595 eu pediria ao Márcio, do Ibama, que por gentileza...

596

597

598 **O SR. MARCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Bom dia a todos.  
599 O Ibama se coloca contra a admissibilidade dessa proposta de revisão da  
600 Resolução pelas seguintes razões, sem entrar efetivamente no mérito da  
601 proposta, a questão é: essa Resolução foi aprovada em 2011 e entra em vigor  
602 a partir de 2014, portanto, nós estamos trabalhando hoje, recebendo hoje para  
603 homologação dos veículos que vão ser circular em 2014. Então, o Ibama já  
604 está praticando esta Resolução por força da vigência da mesma. Então, todos  
605 os fabricantes de motocicletas já estão entrando com os pedidos e sendo  
606 avaliados nos termos desta Resolução. Então, há um problema operacional do  
607 ponto de vista de alteração da Resolução neste momento. Em primeiro lugar.  
608 Em segundo lugar esta Resolução foi bastante discutida e os limites colocados  
609 aí são mais rigorosos que os limites praticados, inclusive em muitos países.  
610 Terceiro lugar, essa questão colocada da frota de São Paulo ela é específica  
611 de São Paulo. São Paulo tem... 5% da região metropolitana de São Paulo tem  
612 25% das motos do País. Então, do ponto de vista essa é uma Resolução de  
613 abrangência nacional, que vai pegar área rural, vai pegar uma série de outras  
614 situações e nós entendemos que a inspeção veicular em São Paulo pode  
615 corrigir esse problema da emissão após a garantia dos equipamentos, porque  
616 que é inspeção. Uma coisa é o que a Resolução rege que essa é a saída da  
617 fábrica, a outra coisa é a manutenção do padrão quando sai da fábrica, isso é  
618 feito por inspeção veicular. Então, a continuidade da inspeção veicular  
619 garantirá a manutenção desses índices e não a homologação de fábrica ou a  
620 garantia de fábrica sozinho. Então, esta é razão basicamente, mas eu fico à  
621 disposição para dar maiores esclarecimentos.

622

623

624 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado Márcio. Temos um  
625 impasse. Eu queria propor um encaminhamento para que nós não possamos...  
626 Talvez seja se nós pudéssemos limitar um pouco as intervenções e  
627 encaminhar realmente no sentido de entender as duas proposições para que  
628 nós possamos estar confortáveis no momento de votar a admissibilidade ou  
629 não.

630

631

632 **O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo de**  
633 **Estado do Ceará)** – Uma preliminar, presidente, é porque a proposta fala da  
634 emenda à resolução e fala da urgência. Eu entendo que são duas coisas  
635 diferentes a serem votadas. Uma coisa é se nós vamos votar urgência ou se já  
636 foi votada a urgência. Então, se não houve votação eu entendo que isso  
637 primeiro isso é questão ordem. A proposição de não está em discussão.

638

639

640 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – A proposição de urgência  
641 tem um rito anterior que é aquilo que foi seguido pelo MDA.

642

643

644**O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo de**  
645**Estado do Ceará)** – A urgência já foi aprovada para essa proposta.

646

647

648**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama/**  
649**MMA)** – Essa urgência foi aprovado na plenária passada.

650

651

652**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Igual o MDA anterior.

653

654

655**O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo de**  
656**Estado do Ceará)** – Perfeito. Essa era a questão de ordem, nós vamos só  
657discutir a admissibilidade.

658

659

660**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Agora nos cabe admitir ou  
661não para poder dar percurso na Câmara Técnica responsável na Câmara  
662Técnica de Assuntos Jurídicos. Está aberta a palavra aos senhores  
663Conselheiros.

664

665

666**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu admiro e  
667respeito muito o trabalho do Doutor Márcio, a competência do setor do Ibama,  
668mas eu acho que a questão colocada por ele não tange a questão de  
669admissibilidade. Essa questão é uma questão de mérito ela deve ser tratada na  
670Câmara Técnica competente que deve ser agora se reunir no dia...

671

672

673**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama/**  
674**MMA)** – Qualidade ambiental é um pouquinho depois da de Controle. 25 e 26,  
675ela é em seguida a de Controle, 23 e 24 Controle, 25 e 26 Qualidade.

676

677

678**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu creio que a  
679motivação da proposta de revisão da Resolução, como nós colocamos aqui do  
680ponto de vista de proteção de saúde pública é de relevância, de fato as motos  
681elas rodam mais do que o catalisador projetado, de modo que eu creio que nós  
682estamos absolutamente assessorados pelo Regimento Interno, o Artigo 12 que  
683no sentido de admissibilidade da proposição. Agora, a questão de prazo, a  
684questão da adequação é um assunto que deve ser tratado na Câmara Técnica  
685que nós estamos discutindo o mérito. Fazer esse esclarecimento.

686

687

688**O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo de**  
689**Estado do Ceará)** – Eu queria me associar à posição do nosso companheiro  
690Bocuhy, ainda que entendendo como... De verdade me causa espécie saber  
691que há um ano atrás o Conselho Estadual aprovou o PCPV com base nas

692diretrizes e nós já estamos aqui antes de termos implementado, discutindo a  
693emenda à Resolução. Isso me causa espécie. E aí sim nas Câmaras própria eu  
694acho que isso deve ser a nossa posição nossa. Agora, se a admissibilidade, é  
695uma discussão que se restringe se é competência ou não dessas instâncias  
696colegiadas, Conama, discutir, ninguém tem mais competência para discutir  
697uma emenda a uma resolução do Conama do que o próprio Conama. Se a  
698proposta vai prosperar aí é outra discussão, mas quem discute emenda à  
699Resolução no Conama é o próprio Conama, não vejo outra instância para levar  
700essa discussão.

701

702

703**O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** – Antes de começar  
704a reunião estava conversando com o Bocuhy aqui, nós temos uma série de  
705restrições sobre o que foi colocado na proposta em relação até a viabilidade  
706técnica de um possível catalisador aí que nós, inclusive encomendamos um  
707estudo para saber como é que essas condições na Europa, nós não sabemos,  
708foi colocado muito amparrado aqui na proposta e nós não sabemos realmente  
709como isso se dá lá e nem se nós temos viabilidade técnica de implementar uma  
710tecnologia aqui e quem seriam as empresa que trabalham com essa  
711tecnologia. Quer dizer, tem uma série de dúvidas, mas eu concordo em gênero,  
712número e grau que isso é um papel da Câmara Técnica discutir. Eu acho que a  
713nossa aqui é a questão da admissibilidade. Eu acho a que aí atende o Artigo  
71412.

715

716

717**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Essa instância nós estamos  
718exercitando, é a 3ª reunião do Cipam, mas ela foi um dos princípios  
719importantes que essa instância tem de ver a pertinência das coisas. A urgência  
720ela pode ser aprovada no calor do Plenário, agora cabe a nós num grupo um  
721pouco menor ver se é pertinente ou não, se é admissível ou não, nesse  
722sentido. Mais alguma manifestação?

723

724

725**O SR. LUIS ALBERTO DE MENDONÇA SABANAY (MPA)** – Só uma dúvida.  
726A pertinência e a admissibilidade de uma Resolução em detrimento do curso de  
727um processo de implementação conforme colocou o nosso companheiro do  
728Ibama, a universalidade de uma Resolução, ou seja, a abrangência que ela tem  
729em detrimento de uma necessidade argumentada de forma local que é o  
730Estado de São Paulo, especificamente a cidade de São Paulo. Essa é a minha  
731dúvida sobre o processo.

732

733

734**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só gostaria de  
735esclarecer que o fenômeno brasileiro dos motoboys é uma questão hoje mais  
736localizada em São Paulo, mas não é exclusividade da cidade da São Paulo.  
737Nós temos um aumento dessa demanda de moto fretes em outras regiões  
738brasileiras, porque à medida que o trânsito se torna mais caótico a saída é  
739sempre a motocicleta. E, além disso, há também um aumento desse tipo de  
740atividade nas grandes cidades. E por isso nós não estamos aqui, nós  
741exemplificamos como São Paulo, mas entendemos que essa é uma questão

742das grandes cidades que é justamente as áreas apurados onde temos maior  
743índice de poluição atmosférica, portanto, maior vulnerabilidade das populações.

744

745

746**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Doutor Márcio, Ibama, algum  
747esclarecimento adicional?

748

749

750**O SR. MARCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu torno a  
751afirmar que na questão da admissibilidade existe um problema operacional de  
752fato. Essa Resolução nem entrou em vigor, já está sendo, quer dizer, já entrou  
753em vigor, mas só teremos resultado da aplicação da Resolução a partir do ano  
754que vem que é quando vão chegar as primeiras motos efetivamente a rodar na  
755cidade sobre essa nova regulamentação. Mas já estamos regulamentando  
756porque o Ibama um ano antes fica homologando, os fabricantes já estão  
757trabalhando com base nessa Resolução, quer dizer, o que está saindo de  
758fábrica hoje, atende a esta Resolução, está sendo homologado pelo Ibama.  
759Então, há um problema de fato operacional de qualquer revisão dessa  
760Resolução agora. O que nós preconizamos é que a Resolução entre em vigor e  
761que a inspeção veicular e a experiência de aplicação da Resolução, remeta a  
762uma revisão dela ou não.

763

764

765**O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo de**  
766**Estado do Ceará)** – Eu só queria declarar meu voto de apoio à proposta do  
767Ibama, mas de novo, não nessa Câmara. Tanto a discussão levantada pelo  
768colega do Ministério da Pesca, se nós formos, se o Conama teve competência  
769e foi pertinente discutir 18.000 quilômetros, discutir 80.000 120.000, 36.0000 ou  
77010.000 porque o que nós estamos discutindo aqui é se o catalisador é para  
77118.000 ou 80.000. Então, eu discuti o regulamento, eu discuti catalisador, e  
772discuti a quilometragem e ninguém questionou a pertinência e nem a  
773competência do Conselho para discutir. Então, mudar a quantidade de  
774quilômetros eu acho que é ponto pacífico. Agora, nós temos um problema  
775porque a questão, Márcio, que me preocupo é o seguinte, teórico vamos que o  
776Conama aprove uma Resolução qualquer. Com 6 meses que ela está em vigor  
777ou menos do que isso nós descobrimos que nós cometemos um erro grave no  
778processo, na hora do produzir aquela legislação nós cometemos um erro. Se a  
779entrada em vigor, ou se o prazo desde a aprovação for passar a ser critério  
780para a admissibilidade, nós criamos um impedimento que nenhum lugar do  
781arcabouço legal existe, ou seja, não há um entendimento de que nós  
782consideramos admissível uma matéria porque ela foi aprovada recentemente,  
783ou porque ela não entrou em vigor. Então, nós criaríamos uma precedente que  
784poderia nos gerar um prejuízo muito maior lá adiante. Eu concordo, se eu for  
785votar, se eu participasse da Câmara Técnica e votasse lá representando a  
786Abema o meu voto contra a mudança nesse momento é todo seu. Mas, o  
787problema que nós estamos é que aqui nós estamos votando se é admissível e  
788eu acho que é admissível.

789

790



791 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só colocar aqui  
792 claramente que nós também entendemos que o prazo tem que ser dado. Nós  
793 não estamos aqui tentando mudar apenas aquele item, mas o nosso objetivo é  
794 chamar justamente a atenção para o fato de que o Conama cometeu um erro,  
795 esse erro é grave, ele leva a uma quantidade de acréscimo de poluição em  
796 regiões metropolitanas e isso tem que ser sanado. Agora de fato nós podemos  
797 comprovar isso, se necessário em juízo, não há problema. Agora a questão é  
798 como corrigirmos no âmbito do Conselho Nacional. A questão de São Paulo, é  
799 bom que todos entendam, nós temos pior problema ambiental que as 7.000  
800 mortes por ano em São Paulo de poluição. É uma guerra no Iraque ou mais.  
801 Então, eu creio que nós temos que levar essas questões muito a sério, tem as  
802 questões regimentais do Conama, temos que obedecer, nós não podemos criar  
803 nenhum rompante no sentido de levar a uma situação da excepcionalidade,  
804 mas não é que isso nós estamos procurando. Há uma condição de nossa parte  
805 de entendimento sobre a razoabilidade do que pede o Ibama e do que pede a  
806 Brassico, nós entendemos isso, é o mercado, nós vamos trabalhar nesse  
807 sentido, mas a questão de saúde pública e proteção ambiental ela nesse caso  
808 ela supera todos os outros argumentos no sentido de que nós tomemos uma  
809 posição com relação a proteção da saúde dessas populações.

810

811

812 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado Doutor Bocuhy.  
813 Não é minha área de especialização, uma pequena retificação, nós não  
814 podemos antecipar erro daquilo que não foi efetivamente testado. Então assim,  
815 eu acho que é um pouco, com todo respeito, prematuro admitir que o Conama  
816 cometeu um erro. Nós só vamos saber desse erro de fato, após essa  
817 Resolução estar sendo implementada, mas eu entendo como o Doutor Paulo  
818 Henrique que o nosso papel aqui é de fazer a admissibilidade com pertinência  
819 ou não. Eu acho um pouco precipitado nós começarmos a entrar no conteúdo  
820 da Resolução até porque existe uma Câmara Técnica específica com  
821 especialistas nessa área que poderão certamente fazer a avaliação de  
822 conteúdo talvez muito melhor do que nós que estamos aqui presentes. Então,  
823 eu pergunto aos senhores, se não houver nenhuma manifestação, se nós  
824 conduzimos a votação pela admissibilidade ou não dessa Resolução. Como os  
825 senhores Conselheiros votam, por favor? Pela admissibilidade? Então,  
826 aprovado, nós vamos submeter esse processo na Comissão de Qualidade  
827 Ambiental, lembrando que todas essas colocações que foram feitas aqui é de  
828 que a Câmara poderá sim de fato, no mérito, tecnicamente julgar não  
829 procedente o encaminhamento dado, mas que o Cipam aprova a  
830 admissibilidade e ratifica o pedido de urgência do Plenário. Ok, com esse  
831 registro? O Doutor Bocuhy já entrou em reunião (*Risos!*). Eu agradeço os  
832 companheiros do Ibama, entendo a posição, é um dever de ofício ter esse  
833 posicionamento que é extremamente importante e o Conama não pode ficar a  
834 mercê de situações.

835

836

837 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só um  
838 esclarecimento. Eu queria declarar aqui o meu respeito pela área técnica do  
839 Ibama, que nós trabalhamos conjuntamente e dependemos da orientação

840deles. E o que na verdade nós fizemos foi fazer uma informação. É isso. A ser  
841considerada, sem nenhum demérito, pelo contrário.

842

843

844**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – A proposição é pacífica,  
845esperamos que nós tenhamos uma boa condição na reunião de Qualidade  
846Ambiental no próximo dia 25 e 26. Senhores, o último ponto de admissibilidade  
847de matéria é o processo 2302 /2012-90, que é da Fepam e do Ibama com  
848relação, ainda com relação... Pois não...

849

850

851**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Questão de ordem.  
852Consta para mim um outro processo, gestão ambientalmente adequada  
853limitação de *Bifimilas policloradas*. Isso estava na pauta?

854

855

856**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Não.

857

858

859**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama/  
860MMA)** – Isso é um Grupo de Trabalho que ainda está... Não necessariamente  
861passaria por admissibilidade pelo Cipam. É uma matéria que está sendo  
862trabalhada.

863

864

865**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado, Doutor Bocuhy.  
866Retomo o encaminhamento da proposta do processo 2302, proposta de  
867resolução que dispõe sobre licenciamento dos parques eólicos, Governo do  
868Estado do Rio Grande do Sul, Fepam, Ibama, pediria... Tem alguém da  
869Fepam? Rafael, por gentileza, você poderia fazer... Rafael e Márcio a  
870apresentação?

871

872

873**O SR. RAFAEL MACEDO (Ibama)** – Bom dia a todos. Eu sou Rafael do  
874Ibama. Na verdade essa proposição ela iniciou aqui no Ministério do Meio  
875Ambiente em outubro de 2012, mas ela tem um histórico bem maior que parte  
876desde o primeiro Fórum Nacional de Eólica, em 2009, do Rio Grande do Norte,  
877onde foi assinada a carta dos ventos e entre as proposições da carta dos  
878ventos assinada pelo senhor Ministro do Meio Ambiente, à época de Minas e  
879Energia também, entre outros, era regulamentar a questão do licenciamento  
880ambiental de parques eólicos, tendo em vista que era uma frente que vinha  
881sendo desenvolvida aí no setor elétrico naquele momento. Então, a Secretaria  
882de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio  
883Ambiente, ela juntou-se a outros OEMAs, Órgão Estaduais do Meio Ambiente e  
884desenvolveu uma série de reuniões e visitas técnicas a parques eólicos em  
885construção e outros em operação. Se não me engano foram 7 visitas técnicas e  
886foram conduzindo os trabalhos, inclusive com a participação da AB Eólica, que  
887é a Associação Brasileira de Energia Eólica, MME, Aneel também participaram  
888desse grupo, SPU e desenvolveram uma série de trabalhos e conseguiram  
889minutar o que seria uma proposta de Resolução do Conama que norteasse o

890rio do licenciamento, seja ele o ordinário através do EIA/RIMA seja ele o  
891simplificado através do RAIS, sem entrar muito no mérito da competência do  
892ente que executaria o licenciamento. Seja Federal ou Estadual. Então, quando  
893chegou a proposta aqui, a Lei Complementar 140 já havia sido promulgada,  
894então, um parecer da Conjur alertou para que observasse a matéria à luz da  
895LC 140, solicitou a juntada desses outros documentos anteriores que remetiam  
896às reuniões sendo conduzidas pelo MMA junto aos OEMAs. Todos esses  
897documentos foram juntados e posteriormente um outro parecer da Conjur  
898alertou pela necessidade de o Ibama se manifestar, uma vez o que Ibama é  
899que proporia normativas para o Conama ou ratificaria a proposição da Fepam.  
900Então, o Ibama se manifestou a Diretoria de Licenciamento, entendendo que a  
901proposta é pertinente, que ela deve ser conduzidas adiante e que o Ibama se  
902manifestará tecnicamente através do mérito técnico, mediante condução dos  
903trabalhos posteriores. Sempre alertando que a LC 140 prevê a Comissão  
904Tripartite que definirá critérios de tipologia, porte, impactos. O que é a nossa  
905experiência hoje no licenciamento do Ibama é licenciamento em região de  
906fronteira com outros países, o que acontece praticamente só no Rio Grande do  
907Sul que tem fronteira com o Uruguai. Nós já temos um entendimento com a  
908própria Fepam e condução desses processos de licenciamento de fronteiras e  
909logicamente em mar. Tem um processo já sendo conduzido pelo Ibama de uma  
910eólica na Costa do Ceará, mas nada muito ainda concreto. Então, é que eu  
911trago aqui.

912

913

914**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Senhores conselheiros,  
915Márcio tem algum acréscimo? Ok. Alguma dúvida? Alguma solicitação de  
916esclarecimento?

917

918

919**O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo de**  
920**Estado do Ceará)** – Presidente, primeiro a Fepam não está aqui, mas falando  
921pela Abema, já de algum tempo alguns OEMAs, principalmente dos Estados  
922hoje que recebem um maior volume de investimento em eólicas, o Ceará que  
923eu represento, o Rio Grande do Norte, Bahia, o Rio Grande do Sul e  
924Pernambuco não porque tem a potência eólica, mas tem recebido muitos  
925investimentos de indústrias que fornecem equipamentos. Nós vimos discutindo,  
926quer dizer, sentindo a necessidade de unificarmos procedimentos. Então,  
927nesse sentido nós apesar, nós vemos com muito bons olhos a iniciativa da  
928Fepam e do Ibama e temos participado, Rio grande do Norte, nós temos  
929participado dessa discussão. E o nosso encaminhamento é a favor da  
930admissibilidade ainda que, Presidente, a discussão que foi levantada do Ibama,  
931levanta para nós aqui do Cipam e do Conama uma questão que nós vamos ter  
932que nos enfrentar rapidamente que é a seguinte, ainda que nós não tenhamos  
933definido na Triparte as tipologias do ponto de vista das competências, o grosso  
934da discussão está resolvido. Ou seja, o que nós estamos falando, por exemplo,  
935a nossa reunião da Tripartite que vai discutir tipologia são as exceções  
936previstas na alínea H e no Parágrafo Único do Artigo 7º, são as exceções, ou  
937seja, a regra está dada. Nós vamos discutir a exceção. A pergunta que se  
938levanta para esse Comitê de Admissibilidade é se uma matéria pela 140 é de  
939competência de um ente federativo, pode o Conama produzir Resolução? Quer

940dizer, isso não está resolvido nem na Lei Complementar 140 que foi o que o  
941jurídico do Ibama questionou, quer dizer, no caso aqui não há, eu entendo pela  
942Abema que não há um conflito, uma disputa de competência, ainda que haja  
943um conflito, não há uma disputa porque também é interesse de mais de uma  
944OEMA que nós construíamos, por exemplo, no ano passado no Rio Grande do  
945Norte teve todas as licenças, teve decisão judicial mandando anular todas as  
946licenças de parques eólicos do Estado porque no entendimento do Ministério  
947Público não tinha havido estudos de alternativa locacional. Como não houve  
948estudo de alternativa locacional, na visão do Ministério Público, a justiça  
949mandou que o Idema, que é o órgão seccional do Sisnama no Estado  
950cancelasse, anulasse todas as licenças emitidas para eólica. Então, isso tem  
951gerado problemas, como é um processo de competição nacional, os leilões, as  
952diferenças de regulamentação do licenciamento nos diferentes Estados  
953provocam conflitos, pressões. Então, para nós da Abema nós entendemos que  
954é interessante construir diretrizes comuns e gerais. Mas esse é um problema  
955que nós vamos ter que enfrentar aqui no Cipam.

956

957

958**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Com certeza. Extremamente  
959pertinente porque o que está em curso da regulamentação da tipologia é na  
960alínea H que fala porte, natureza do empreendimento, atividades ou potencial  
961poluidor. Então, um exemplo, se nós definimos que um determinado  
962empreendimento do porte, igual a X ou maior que X é da União, isso está em  
963jogo para ser discutido, mas os demais outros procedimentos, as demais outras  
964regras, os regramentos estão sendo dados pela LC 140. E esse realmente é  
965um assunto que a LC 140 do ponto de vista da normativa geral já está dada. É  
966competência dos Estados

967

968

969**O SR. MARCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Só queria fazer  
970uma observação, duas na verdade. A primeira é de que no caso específico  
971dessa Resolução nós só estamos tratando de metodologia, quer dizer, isso não  
972vai entrar no mérito da competência. E a segunda questão, aí é um  
973entendimento meu, não sou jurista, mas eu entendo que a 140 não revoga a  
9746.938. A competência do Conama é superior à questão específica de  
975competência. A 6.938 e o Conama eles estabelecem regras gerais para o País  
976independente das competências de cada ente federativo. Os entes podem ser  
977mais restritivos, mas a regra geral sairá da União sempre do ponto de vista do  
978órgão central, do Sisnama, e do ponto de vista para estabelecer diretrizes para  
979o País inteiro, seja nessa questão e licenciamento, seja na de qualidade  
980ambiental, por exemplo, ou qualquer outra matéria vinculada às competências  
981da 6.938 e do Conama.

982

983

984**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu acho que existe a  
985manifestação da Abema apoiando o encaminhando da Fepam. O Ibama  
986conjunto com a Abema. Um determinado no momento esse assunto vai para a  
987Comissão de Assuntos Jurídicos, esse assunto já tem um alerta da Comissão.  
988Eu acho que novamente se nós entrarmos aqui em uma discussão do que  
989pode... Nós estamos um pouco que extrapolando a nossa missão de

990admissibilidade que é uma das missões do Cipam. A outra seria começar essa  
991discussão de políticas ambientais que nós gostaríamos de fazer ainda hoje na  
992parte da manhã. Então, eu pergunto senhores Conselheiros se existe alguma  
993dúvida? Posso encaminhar pela aprovação? Alguém é contrário a aceitar a  
994proposta de Resolução que trata sobre licenciamento de parques eólicos?

995

996

997**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora**  
998**DConama/MMA)** – Ainda só mais uma questão. A 6.938 estabelece que  
999qualquer norma de licenciamento é iniciativa exclusiva do Ibama. Então, o  
1000procedimento que nós temos adotado por uma orientação da Consultoria  
1001Jurídica é que o Ibama ratifique as proposta que vêm porque efetivamente elas  
1002são construídas por aqueles que estão o problema em si, e nesse caso o  
1003licenciamento tende a ser Estadual, só que aí o Conama vai fazer um  
1004regramento de procedimentos e metodologia que vale para todos os OEMAs.

1005

1006

1007**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Assim como foi do MDA que  
1008teve o apoio do Ibama. Bom, alguma direção? Alguém é contrário? Então, está  
1009aprovada a admissibilidade. Eu pediria agora, por gentileza, Flávia, eu vou  
1010apresentar a Doutora Flávia Nascimento. Eu agora deixo de presidir o Cipam  
1011porque e passo a função de tentar apresentar uma resposta da demanda de  
1012você da última reunião que é falar, um pouco de tentar começar falar de  
1013políticas ambientais e de políticas públicas de Governo. Vem uma questão  
1014ambiental, a Flávia trabalha comigo, nós somos da Diretoria de Gestão  
1015Estratégica do Ministério. O Eder é o técnico responsável pelo PPA. Eu espero  
1016fazer a apresentação no máximo em 20 minutos e talvez para aqueles colegas  
1017do Ministério da Pesca que especialmente já conhecem o PPA sabem a  
1018importância de que nós temos um ditado no Governo, um jargão do serviço  
1019público, que não está no PPA, o que não está no orçamento, não está no  
1020Governo. Então, é a nossa ferramenta principal até de existência do ponto de  
1021vista não só orçamentário, mas no ponto de vista de agenda política. Então, a  
1022Flávia é a coordenadora de planejamento, o Eder o técnico analista, eu vou  
1023fazer uma apresentação e depois nós podemos colocar à disposição de vocês.  
1024Qualquer dúvida, em qualquer momento vocês podem interromper, eu acho  
1025que é mais interativo assim, se em algum momento vocês sentirem alguma  
1026necessidade de esclarecimento Doutora Flávia e Doutor Eder estão à  
1027disposição. Então, o PPA é o Plano Plurianual 2012/2015, nós vamos fazer um  
1028pouquinho do histórico, quem está apresentando e responsável pela  
1029coordenação do Ministério é a nossa Diretoria, a Diretoria de Gestão  
1030Estratégica, PPA foi criado pela Constituição de 88, no Artigo 65, que é um  
1031planejamento chamado de médio prazo já que ele absorve 4 anos. Estabelece  
1032basicamente as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública. A sua  
1033vigência é quadrienal. Ele tem uma particularidade que o seu início está no  
1034segundo ano de mandato presencial e o término no primeiro ano de mandato  
1035subsequente, ou seja, ele é elaborado e finalizado na alternância de mandatos  
1036presidenciais. Ele tem como objetivo organizar as ações de Governo em  
1037programas que resultem em bens e serviços para a população. Historicamente  
1038o PPA recebeu uma série de nomes, de encaminhamentos, de estratégias de  
1039políticas de apresentação, de 96 a 99 era O Brasil em Ação, de 2000 a 2003

1040era o Avança Brasil, o de 2004 a 2007 era o Plano Brasil de Todos. Mas,  
1041recentemente em 2008 a 2011 recebeu o Desenvolvimento, Inclusão Social e  
1042Educação de Qualidade, e agora o 2012 ao 2015 é o Plano Mais Brasil.  
1043Sempre o PPA é instituído por lei, isso significa dizer que o Congresso  
1044Nacional tem oportunidade política de fazer inserções, alterações, retificações  
1045ou vetos relacionados ao conteúdo do PPA. Caso específico desse nosso PPA  
1046de 2012 a 2015, ele tem uma nova metodologia de elaboração, que visa ter  
1047uma adoção de uma visão mais abrangente em relação a ação governamental  
1048e que consiga e essa é uma alteração significativa, demonstrar a dinâmica das  
1049suas políticas públicas e suas interfaces. Aí a demanda do Cipam é  
1050extremamente importante de tentar ver essa transversabilidade da questão  
1051ambiental em outras políticas de Governo Federal. Não ver o PPA, o que tem  
1052de meio ambiente é só isso? Não. Nós vamos mostrar que tem algo mais  
1053relacionado a questão ambiental que não necessariamente está sob a  
1054governabilidade do Ministério do Meio Ambiente. O plano 2012/2015 tem a  
1055seguinte visão de futuro, observem que a palavra desenvolvimento sustentável  
1056e sustentabilidade ambiental estão incluídas nessa visão de futuro, quer dizer,  
1057o País deverá ser reconhecido pelo seu modelo de desenvolvimento  
1058sustentável. Considera a questão, a distribuição regional. Considera a busca da  
1059igualdade social, a questão da adequação de qualidade que reproduz um  
1060pouco do PPA anterior e acrescenta a questão explícita da sustentabilidade  
1061ambiental. E tem como princípio também ser como visão, a nação democrática  
1062e soberana que defende os direitos humanos, a liberdade, a paz e o  
1063desenvolvimento do mundo. Esse mostra os programas previstos no plano que  
1064estão em consonância com os seguintes macrodesafios. É eleito um  
1065macrodesafio, você tem uma série de programas, o primeiro é o Projeto  
1066Nacional de Desenvolvimento, com destaque para transformação produtiva  
1067ambientalmente sustentável, novamente vem aí a preocupação ambiental  
1068colocada explicitamente. A erradicação da pobreza extrema, conhecimento,  
1069educação e cultura, saúde, previdência e assistência social, cidadania e  
1070infraestrutura, democracia e participação social integridade, soberania nacional,  
1071segurança pública e gestão pública. Aí é um pouco daquela pirâmide clássica  
1072que todos os senhores conhecem do planejamento, quer dizer, o nível, a  
1073dimensão estratégica no nível superior, a dimensão tática que a admissão de  
1074implementação no nível médio, a dimensão operacional que é a operação da  
1075execução no último nível, no nível mais abaixo e aí você tem uma visão  
1076estratégica, que geram programas temáticos, os seus objetivos, as iniciativas e  
1077tenta colocar sempre no caso desse PPA da efetividade, da eficácia e da  
1078eficiência. Explicando um pouco aquele quadro, a dimensão estratégica seria a  
1079orientação estratégica que tem como base os macrodesafios e a visão de longo  
1080prazo do Governo, a dimensão tática que define os caminhos exequíveis para o  
1081alcance dos objetivos e aí a questão da implementação, do fazer, fazer e  
1082vincula os programas temáticos para consecução dos objetivos assumidos. A  
1083dimensão operacional que é a execução, relações com o desempenho da ação  
1084do Governo no nível da eficiência especialmente tratada no orçamento. Aí é  
1085aquele ponto que o meu colega do Ministério da Pesca conhece bem, quer  
1086dizer, quem executa orçamento não é considerado eficiente e nem sempre o  
1087desempenho orçamentário 100% quer dizer que houve o atingimento total os  
1088objetivos do ponto de vista estratégico do plano. A estrutura ele tem em série  
1089de programas temáticos, tem o objetivo que expressa o que deve ser feito. A

1090 iniciativa que é extremamente importante que declara as entregas à sociedade  
1091 de bens e serviços, resultante da coordenação dessas ações orçamentárias. E  
1092 a pactuação entre os entes federados, Estado, sociedade e integração das  
1093 políticas públicas. Esses são os números, quer dizer, nós temos aí no PPA  
1094 2012/2015, número de programas temáticos 65, número de objetivos 492. E  
1095 esses objetivos quantificados em 2542 metas e faltou colocar... Na verdade  
1096 2.547 metas, desculpa, 492 são os objetivos. 2.453 são as metas, objetivos  
1097 quantificados, e 2.592 iniciativas que são as entregas previstas que o Governo  
1098 terá que fazer à sociedade. Bom, aí são exemplos de atributos de um  
1099 programa. Nós pegamos o exemplo de um programa nosso que é de  
1100 biodiversidade, ele tem o objetivo 0506, ele recebe um código para ser  
1101 acompanhado, o objetivo dele é promover o uso sustentável da biodiversidade  
1102 por meio da valorização da organização da agrobiodiversidade e o dos  
1103 produtos da sociobiodiversidade com agregação de valor, consolidação de  
1104 mercados sustentáveis e pagamento por serviços ambientais, e esse programa  
1105 está sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente. Esse é um programa  
1106 típico do nosso Ministério. Ele tem uma meta de implantar 30 arranjos  
1107 produtivos locais, envolvendo produtos da sociobiodiversidade, essa entrega,  
1108 essa meta ela está sob a coordenação da Secretária de Extrativismo e  
1109 Desenvolvimento Rural, do Ministério do Meio Ambiente. A iniciativa é aquilo  
1110 que será entregue à sociedade, as iniciativas que compõem objetivo 0506 da  
1111 biodiversidade, é o pagamento dos serviços ambientais de conservação de  
1112 recursos naturais no meio rural, prestados no âmbito do Plano Brasil Sem  
1113 Miséria. Esse é um exemplo de uma iniciativa. A ação orçamentária, o que liga  
1114 o PPA, a Lei de Orçamento Anual, quer dizer, liga ao plano, ao orçamento, liga  
1115 o plano ao caixa, que é uma que recebe o número que seria o pagamento à  
1116 famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de  
1117 conservação de recursos naturais no meio rural Plano Brasil Sem Miséria. Esse  
1118 é Bolsa Verde, é a lógica de formulação do Governo Federal. Você tem um  
1119 tema, tem um objetivo, você quantifica esse objetivo, você identifica o que você  
1120 vai entregar para a sociedade, você tem um orçamento que tem que ser  
1121 compatível a sua expectativa de entrega e você tem quem faz isso e uma ação  
1122 que explicita isso claramente e o coordenador, nesse caso que é Bolsa Verde,  
1123 o Ministério do Meio Ambiente.

1124

1125

1126 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** – tem alguma  
1127 avaliação, naquela o quanto que ela corresponde, o quanto que ela contribui  
1128 para alcance do objetivo?

1129

1130

1131 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Você está falando ação,  
1132 pagamento de família? Ah sim. Aí nós temos internamente. Sim, inclusive do  
1133 ponto de vista quantitativo, nós temos hoje até especialmente nesse caso uma  
1134 meta monitorada internamente que é considerada uma meta estratégica.  
1135 Então, nós acompanhamos hipoteticamente 80.000 bolsas. Então, nós temos o  
1136 acompanhamento da entrega dessas 80.000 bolsas. Apesar de ser coordenado  
1137 por nós, há aporte de recurso no orçamento de outros Ministérios, como o  
1138 Ministério de Desenvolvimento Social que aporta boa parte do recurso. Essa é  
1139 uma mudança no PPA. Antigamente havia os donos das caixinhas, a caixinha

1140era de fulano e fulano tocava isso, como diz na minha terra, de fio a pavio.  
1141Agora você tem programas temáticos que estão sob a coordenação de um  
1142Ministério, mas que podem estar recebendo aportes orçamentários de  
1143inúmeros outros Ministérios. Então, a sua pergunta objetivamente, a ação  
1144contribui? Sim. Tem que contribuir, Flávia, algum esclarecimento.

1145

1146

1147**A SR<sup>a</sup>. JACQUELINE VIEIRA DA SILVA (Governo de Estado de Goiás)** – Eu  
1148queria saber se a meta é alcançável porque implantar 30 PLs envolvendo  
1149produtos de sociobiodiversidade é uma experiência que nós temos  
1150conhecimento aqui em Goiás, mas eu queria saber se essa meta, alcançar  
1151essa meta não é fácil.

1152

1153

1154**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Primeiro a construção dessa  
1155meta, ela não é uma meta imposta, quer dizer, nós temos sugerida, discutida  
1156com as partes envolvidas afetadas. Ela é submetida a um acompanhamento,  
1157quer dizer, na medida em que você também erra demais, você tem aí uma  
1158avaliação de desempenho não muito confortável com relação a até a  
1159possibilidade de ampliação de orçamento, mas eu vou pedir à Flávia que opera  
1160isso diariamente que dê a explicação necessária.

1161

1162

1163**A SR<sup>a</sup>. FLÁVIA NASCIMENTO (MMA)** – Bom dia gente. Primeiro só para  
1164explicar que nós colocamos só um exemplo de um objetivo porque o programa  
1165temático é formado por muito mais objetivos e por outras metas e outras  
1166iniciativas, e dentro desse próprio objetivo 0506, nós temos outras metas além  
1167dessa de implantar 30 arranjos produtivos. Quanto ao processo de avaliação  
1168existe um sistema que se chama Sistema Integrado de Planejamento e  
1169Orçamento, SIOP, ele é coordenado pela Secretaria de Planejamento do  
1170Ministério do Planejamento e esse sistema ele é responsável pela avaliação e  
1171pelo monitoramento de todas as metas e iniciativas, além dos objetivos. Então,  
1172o PPA 2012/2015, como o Deusdará disse, ele teve uma mudança na  
1173metodologia dele. Essa metodologia busca colocar os programas temáticos  
1174como programas de Governo. Então, na verdade, nós colocamos esses  
1175programas eles estão sob a coordenação, não é nem sob a coordenação, nós  
1176temos alguns objetivos que são coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente,  
1177mas a ideia é justamente que todos os programas temáticos sejam do  
1178Governo. Então, por isso a transversalidade e a responsabilidade por objetivo  
1179de todos os órgãos setoriais. Dentro dessa meta de implantar os 30 arranjos  
1180produtivos nesse programa de monitoramento e avaliação você consegue ver  
1181onde ele foi... Se essa meta foi atingida a quantificação dela, eu acho que até  
1182tem a regionalização e algumas delas nós temos a regionalização, em quais  
1183Estados ou biomas que essas metas foram implementadas. Então, depois se  
1184você quiserem detalhes sobre o atingimento nós podemos até passar para  
1185vocês e têm também o acesso ao público no SIOP. Além disso, agora no início,  
1186a SPI, Ministério do Planejamento envia o relatório de avaliação de PPA e  
1187nesse relatório vai explicitado quais metas foram alcançadas, o que vai ser  
1188revisto no PPA e atualizado.

1189



1190

1191 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Flávia, na prática o que está  
1192 se perguntando primeiro, agora eu vou fazer um pouquinho o advogado do  
1193 diabo. Os 30 arranjos produtivos locais a Doutora Jaqueline, de Goiás, está  
1194 perguntando, acha muito. Como é que se chegou nesse arranjo?

1195

1196

1197 **A SR<sup>a</sup>. JACQUELINE VIEIRA DA SILVA (Governo de Estado de Goiás)** –  
1198 Não acho muito não. Deixa-me explicar só uma coisa. Propõe uma meta de 30  
1199 APLs e como é que feito? Porque conservar a biodiversidade apenas  
1200 recebendo uma bolsa para conservar, ficar olhando ali é uma coisa. Mas o APL  
1201 ele propõe o agroextrativismo mesmo, a produção, comercialização, elevação  
1202 econômica da pessoa que está ali instalada. Então, é porque eu acho muito  
1203 bacana isso, se realmente conseguir atingir isso eu acho que é um objetivo que  
1204 está bem colocado. Eu só quero ver se está conseguindo isso.

1205

1206

1207 **A SR<sup>a</sup>. FLÁVIA NASCIMENTO (MMA)** – Primeiro para explicar que a meta  
1208 para o período de 2012 a 2015, não é só para o primeiro ano, é até 2015.  
1209 Segundo que a construção da meta, como a construção de todos os  
1210 Programas ela é feita junto em conjunto com os órgãos setoriais. Então, apesar  
1211 dessa meta ser de responsabilidade da implementação pelo SEDR, nós  
1212 tivemos oficinas coordenadas justamente pelo Ministério do Planejamento junto  
1213 com os órgãos que são envolvidos nesse programa de biodiversidade, para  
1214 que se chegasse a essa meta a proposição disso. Então, agora na SEDR que  
1215 tem mais propriedade para explicar isso, eles têm toda uma coordenação da  
1216 política para conseguir implementar isso até 2015. E a iniciativa de pagamento  
1217 do Bolsa Verde é só uma das iniciativas que compõem essa meta. Não é só,  
1218 isso eu concordo com você, não é só isso que é implantar os 30 arranjos  
1219 produtivos locais, isso é apenas uma das iniciativas. Extrapolando um pouco  
1220 até que o está no PPA, como o Deusdará falou, nós temos um monitoramento  
1221 muito próximo principalmente a esta meta do Bolsa Verde e uma das coisas  
1222 que o programa está desenvolvendo, que é essa ação do Bolsa Verde está  
1223 desenvolvendo é ter um sistema de monitoramento para mensurar o quanto de  
1224 impacto tem isso na conservação no sustentável, não ficar, não se ter apenas o  
1225 pagamento e achar que nisso se encerra a iniciativa. Mas, monitorar e isso está  
1226 sendo desenvolvido e é prioridade para 2013 eles desenvolverem um sistema  
1227 para monitorar como isso tem tido impacto na conservação e uso sustentável.

1228

1229

1230 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – A sua provocação é perfeita  
1231 ela pode até dar um mote para num futuro próximo, em uma próxima reunião  
1232 nós pegarmos em caso específico e dissecar com mais propriedade, quer  
1233 dizer, nós pegamos um caso geral, de repente elegemos um, como isso  
1234 funciona? É para valer, não é para valer, quem acompanha? Que tipo de  
1235 resultado está dando ou não? Porque, às vezes, a percepção do plano fria  
1236 parece que está pagando lá uma bolsa e com isso acha-se aqui que esta se  
1237 conseguindo algum ganho, não só de empoderamento da comunidade, mas de  
1238 valoração dos recursos da biodiversidade que eles estão usando. Então, essas

1239colocações da Flávia, se quiser posteriormente entrar em um programa  
1240específico nós temos condição de...

1241

1242

1243**A SR<sup>a</sup>. JACQUELINE VIEIRA DA SILVA (Governo de Estado de Goiás)** – Eu  
1244ia sugerir e gostaria de conhecera. Eu acho que essas boas práticas precisam  
1245ser realmente detalhadas porque eu recebo a Bolsa Verde por conservar ou  
1246porque eu tenho um arranjo, um APL ou porque eu alcanço, realmente eu  
1247consigo promover uma APL naquela região.

1248

1249

1250**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – E nós não podemos perder o  
1251foco que nós somos, digamos assim, uma parte que está integrada ao Conama  
1252em algum momento também talvez fosse importante levar após a confirmação  
1253da linguagem, do entendimento dessas políticas ambientais até as  
1254transversais, nós levarmos essa informação ao Conama para até poder ver  
1255como é que nós colocamos isso no debate reflexivo do Conama, naquilo que o  
1256Cipam tem como título, Comitê de Integração das Políticas Ambientais.

1257

1258

1259**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama/  
1260MMA)** – A sociedade civil do Conama vem sendo chamada a participar desse  
1261discussão da elaboração das metas transversais dentro do PPA, a pedido da  
1262Secretaria Geral da República. Então, já foram dois encontros, um é porque  
1263estavam restritos à sociedade civil. Então, nós fizemos para as entidades  
1264ambientalistas e para o setor empresarial que tem aquele entendimento mais  
1265amplo do que seja a sociedade civil. Só que foi uma discussão, o retorno que  
1266eu tive, eles dizem que era uma discussão densa. Por quê? Porque primeiro  
1267está se falando em número e depois era a discussão de todo o PPA do  
1268Governo Federal, e as metas eram transversais. Então, não tinha ali nada  
1269como nós estamos encontrando agora, que é uma questão específica  
1270ambiental que perpassa outros Ministérios. Então, realmente esta é uma  
1271discussão que em algum momento nós temos que trazer para o Conselho e  
1272explicitar um pouco melhor do que se trata.

1273

1274

1275**A SR<sup>a</sup>. JACQUELINE VIEIRA DA SILVA (Governo de Estado de Goiás)** –  
1276Essa... Como é que é feita a escolha desses arranjos? Local, região...

1277

1278

1279**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu acho que fica para ma  
1280etapa que nós podemos eleger como uma etapa de um estudo de casos. Se  
1281nós acharmos e entendermos que a questão do Bolsa Verde, a nossa equipe é  
1282uma equipe de monitoramento, é uma equipe de formatação, é uma equipe de  
1283metodologia e uma equipe de acompanhamento paripasso. Nós, havendo o  
1284entendimento do Cipam, que isso é importante, nós trazemos o pessoal do  
1285extrativismo, trazemos o pessoal do MDS que são todos membros do Conama,  
1286nós trazemos o pessoal do Conama para discutir as coisas que fazem no dia a  
1287dia dentro do Conama. Eu acho isso extremamente importante e nós tiramos,  
1288como vamos tirar hoje, meia hora de como entrarmos no aprofundamento de

1289 como chegou nos 30, como acompanha essa mensuração de elaboração, não  
1290 há dificuldade nenhuma. Hoje a ideia era promover o impacto de burocracia em  
1291 vocês do que é, o que retrata o PPA do Governo e do que ele tem de possível  
1292 interface ou de possível transversalidade em relação às outras políticas. Posso  
1293 irá frente? Depois nós registramos o encaminhamento. Aí cada programa tem  
1294 indicadores, quer dizer, como é que se mede? Nós pegamos o exemplo que é  
1295 lá dentro da biodiversidade, a questão das áreas cobertas por unidades de  
1296 conservação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Bioma  
1297 Marinho, pegamos como exemplo, tal unidade de medida percentual, a fonte é  
1298 o Cadastro Nacional de Conservação do Ministério do Meio Ambiente e a forma  
1299 de cálculo é o percentual de área coberta por Unidade de Conservação a partir  
1300 do Cadastro Nacional de Conservação. A área ambiental isso para o Paulo  
1301 Henrique e para a Jacqueline é chover no molhado como gestores públicos, ela  
1302 tem dificuldade de ter indicadores de mensuração mais concretos, quer dizer,  
1303 você tem muito mais facilidade na área de transporte, eu vou recuperar 100  
1304 quilômetros de estrada. Quando nós falamos nas questões ambientais nós  
1305 temos muito dificuldades de ter indicadores com mensuração absoluta. Você  
1306 sai daqui de ponto A ao ponto B, avalia em tantos anos que eu vou chegar.  
1307 Então, mas assim, é obrigatório cada programa ter os seus indicadores que  
1308 permitam a área de planejamento fazer o acompanhamento da consecução da  
1309 meta e dos objetivos. Então, esses são os 6 programas do PPA Ambiental,  
1310 posso dizer assim, que aborda diretamente a questão ambiente: um é o  
1311 Biodiversidade, que é um mundo de coisas, conservação, e gestão recursos  
1312 hídricos, floresta, prevenção e controle do desmatamento dos incêndios,  
1313 licenciamento e qualidade ambiental, mudanças climáticas resíduos sólidos. Eu  
1314 agora eu vou falar um pouquinho de cada um só para ter, mais ou menos  
1315 vocês ter homem conhecimento do que cada um tem de conteúdo. O de  
1316 biodiversidade prevê a formação de políticas públicas com o objetivo de adotar  
1317 princípios e estratégias para conhecimento e conservação e uso sustentável da  
1318 biodiversidade, monitoramento da avaliação, prevenção e mitigação de  
1319 impacto, acesso aos recursos genéticos, educação sensibilização pública,  
1320 fortalecimento jurídico e institucional para a gestão de biodiversidade. Aí Caron  
1321 é que se encontra a floresta. Não é isso Eder?

1322

1323

1324 **A SR<sup>a</sup>. FLÁVIA NASCIMENTO (MMA)** – Tem em específico.

1325

1326

1327 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – 2) programas de  
1328 conservação e gestão de recursos hídricos. Desenvolvimento da gestão  
1329 visando fomentar os mecanismos de articulação e cooperação com as  
1330 Unidades de Conservação. Subsidiar ações voltadas à implementação do  
1331 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, como instrumento  
1332 de coordenação e convergência das ações da Política Nacional de Recursos  
1333 Hídricos. Recuperar, conservar e preservar os recursos naturais das bacias  
1334 hidrográficas visando a revitalização e o desenvolvimento sustentável das  
1335 regiões geográficas brasileiras. Programa 3, aí Caron, que estaria, deveria  
1336 estar ou está os antigos programas, o Florescer que era de combate a incêndio  
1337 e queimada, o Florestar que era o de fomento e promoção à expansão da base  
1338 plantada e o Manejar que era apoio ao manejo florestal sustentável. Então,

1339hoje virou um programa de florestas prevenção e controle do desmatamento e  
1340dos incêndios, que promove as ações que levam à conservação e o uso  
1341sustentável dos recursos florestais, com as seguintes diretrizes: desenvolver  
1342uma economia florestal baseada no uso sustentável, de florestas naturais e  
1343plantadas, é onde aparece o seu setor especificamente. Prevenção e controle  
1344do desmatamento e dos incêndios florestais, recuperação de áreas com  
1345vegetação natural degradada, proteção dos ecossistemas florestais e  
1346promoção da gestão florestal compartilhada. Então esse é o endereço em tese,  
1347Caron, a tua entrada no PPA o setor florestal, na entidade que você representa  
1348seria fundamentalmente na parte uso por esse programa. É isso Éder? Flávia?  
1349) é o Programa de Licenciamento e Qualidade Ambiental, é a bola do dia, quer  
1350dizer, promove instrumentos de gestão com vistas à preservação, recuperação  
1351do meio ambiente e os seus objetivos são: aperfeiçoar os mecanismo de  
1352gestão e de controle, especificamente com relação à contaminação e poluição  
1353ambiental, promover aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação  
1354ambiental. Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas  
1355socioambientais contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis,  
1356fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam  
1357as políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável,  
1358promover a gestão dos riscos relacionados às emergências ambientais, com  
1359ênfase aos produtos perigosos. Aí está o PPR II, P2R2, uma série de  
1360programas de controle e desastres e riscos relacionados à questão ambiental.  
1361O programa número 5 é o programa de mudanças climáticas, extremamente  
1362abrangente, guarda chuva, digamos assim, que tem como objetivo desenvolver  
1363a implementar os instrumentos de mitigação e adaptação das mudanças  
1364climáticas, considerando sempre o desenvolvimento sustentável e a  
1365biodiversidade regional, reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais,  
1366econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, desertificação e  
1367degradação da terra. Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos  
1368sistemas naturais brasileiros por meio de monitoramento das emissões e  
1369observação do clima. Esse programa tem uma aderência muito grande às  
1370convenções que o Brasil tem assinado, Kyoto, e uma série de programas nesse  
1371sentido. Finalmente o Programa de Resíduos Sólidos que é a cara das cidades  
1372ou do ambiente urbano, digamos assim, dentro do PPA relacionado mais  
1373especificamente à questão ambiental. Ele prevê a questão da implantação,  
1374estruturação da coleta seletiva, a implantação da logística reversa, a disposição  
1375final dos registros de forma ambientalmente adequada e os seus objetivos,  
1376ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos e urbanos,  
1377induzindo a gestão consorciada dos serviços e inclusão socioeconômica de  
1378catadores de material recicláveis, e promover a implementação da Política  
1379Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase, entre outros, na reestruturação das  
1380cadeias produtivas, da estruturação do planejamento do setor no  
1381gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica. Então,  
1382esses são os 6 programas, digamos assim, específicos do que nós poderíamos  
1383chamar de PPA Ambiental. Eder, alguma observação? Com rebate ambiental.  
1384Com rebate ambiental. Esses outros programas, como a temática ambiental é  
1385transversal, nós podemos ter que essas outras temáticas que compõem  
1386objetivos, metas e iniciativas que do PPA que têm relação com a questão  
1387ambiental. Agricultura familiar, é óbvio, Ciência Tecnologia e Informação,  
1388combustíveis especialmente na questão de biocombustíveis, desenvolvimento

1389regional territorial sustentável e Economia Solidária. Educação superior,  
1390graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão, a questão da  
1391pesquisa. Gestão de risco e resposta a desastres, a questão da Defesa Civil  
1392especialmente, mais zona costeira e Antártida, pesca e aquicultura onde tem  
1393uma relação forte com o Ministério da Pesca, planejamento urbano, questão de  
1394novo das cidades aparece como exponencial, proteção e promoção dos direitos  
1395dos povos indígenas, Segurança Alimentar e Nutricional, e a questão do  
1396turismo, turismo rural, ecoturismo são esses 12 programas, outros programas  
1397que nós identificamos transversalmente um forte contato, uma forte interface  
1398com as questões ambientais. A participação do MMA em números nos  
1399programas transversais, a temática ambiental seria então, 12 programas, 6  
1400indicadores, 3 objetivos, 7 metas e temos 17 ações orçamentárias. Então, era  
1401isso que eu queria passar em um primeiro momento, eu acho que com isso é  
1402uma provocação singela, uma contribuição singela que o Cipam provocou na  
1403última reunião, uma resposta à última reunião, mas nós nos aproximamos um  
1404pouco da questão das políticas ambientais integradas para não ficarmos  
1405também de só aqui no poder de se é sim ou não, é admissível ou não, entra  
1406sai, quer dizer, eu acho que é uma tentativa de nós começarmos a ter,  
1407digamos, ganhar conteúdo nessa discussão e depois vemos a forma de focar  
1408mais, se for necessário e de comunicar isso para o Conama. Que eu acho que  
1409é uma coisa importante também nós começarmos a ter um processo Cipam  
1410Conama de falar e informar. Os dois, a coordenadora e o Doutor Eder estão á  
1411disposição para qualquer esclarecimento adicional. E fico à disposição dos  
1412senhores.

1413

1414

1415**O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo de**  
1416**Estado do Ceará)** – Do ponto de vista de operacionalidade, eu acho que essa  
1417é uma função, essa função de discutir integração de políticas, além de nós  
1418admitirmos ou não admitirmos, eu acho que é uma função assim, que pode  
1419ganhar enorme relevância para esse colegiado e eu me pergunto assim, qual é  
1420o procedimento? Quais são os procedimento ou se nós vamos ter que  
1421desenvolver instrumentos para nós podermos agir, claro via Conama, mas para  
1422influenciar. Entendeu Adriana? Ficar no exemplo claro só para não sair do  
1423exemplo que foi dado pelo próprio Ministério. O Governo Federal criou o Bolsa  
1424Verde, é uma ação integrada, no seu primeiro momento como está na medida,  
1425na lei de conversão provisória, o projeto foca nas famílias da zona rural que  
1426vivem em Unidades de Conservação ou no seu entorno no Bioma da  
1427Amazônia. Então, esse é o foco. O CAD Único que vive nas Unidades de  
1428Conservação ou nas suas zonas de amortecimento na a região amazônica. O  
1429que eu tive tanto com a Tereza Campelo como com a Ministra Isabela  
1430conversando sobre isso. Para nós lá no Ceará, por exemplo, o desafio para  
1431mim da pobreza e a relação com a biodiversidade e com a sustentabilidade  
1432está muito mais nas áreas susceptíveis a desertificação do Estado do que  
1433entorno de Unidades de Conservação, porque lá no Ceará nós historicamente  
1434protegemos mais o que nós achávamos que tinha mais valor econômico.  
1435Então, são as unidades estão quase todas na praia. Então, nós estamos  
1436tentando criar Unidades de Conservação caatinga, mas o grosso está nas  
1437praias que é onde tem a melhor renda e tem a melhor condição. Então, eu  
1438imagino que em Goiás talvez o que vale é onde haja uma maior tensão entre

1439 uso ou exploração inadequada dos recursos naturais, pobreza e construção de  
1440 um modelo sustentável não seja necessariamente o entorno das Unidades de  
1441 Conservação, mas seja uma outra variável, para mim água e solo hoje são os  
1442 grandes desafios que nós temos. Então, ter um programa de pagamento de  
1443 serviços ambientais para conservar a água no Nordeste, no semi-árido  
1444 nordestino, talvez seja mais relevante do ponto de vista da Política Ambiental  
1445 do que um para conservar, para proteger as Unidades de Conservação. Não  
1446 estou dizendo que seja verdade absoluta, como exemplo. Então, vamos dizer  
1447 que nós chegássemos a conclusão de que isso era algo que o Cipam discutiu  
1448 de integração de políticas, quer dizer, o Bolsa Verde poderia reforçar não só o  
1449 Programa de Biodiversidade, mas o de Mudanças Climáticas, eventualmente  
1450 de resíduos sólidos em áreas urbanas. Eu estou especulando. Qual seria o  
1451 encaminhamento? Adriana me dá uma consultoria.

1452

1453

1454 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama/**  
1455 **MMA)** – A ser construído também assim? Porque objetivamente essa é uma  
1456 competência do Cipam desde o Decreto 99.274, eu acredito que tenha vindo  
1457 desde a sua primeira redação, não tem havido mudança, mas até nos últimos  
1458 anos não tem acontecido no Cipam esse tipo de discussão. Isso surgiu muito  
1459 como provocação das ONGs e a partir daí nós tentamos integrar aquilo que era  
1460 uma obrigação que nós constamos que avaliar a implementação e execução da  
1461 política ambiental no País é um desafio enorme, a partir desse desafio nós  
1462 começamos a pontuar e a colocar especificamente o que o Governo Federal  
1463 traz nessa área. Foi esse o objetivo de hoje. Agora o , Paulo Henrique, tenho  
1464 impressão que é isso, a ser construído foi minha primeira resposta. Eu acho  
1465 que é exatamente assim.

1466

1467

1468 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Que eu acho assim, primeiro  
1469 nós estamos em fase de conhecimento, de abordagem de problema, fala da  
1470 Política Nacional de Meio Ambiente em algum momento fosse importante  
1471 integrar com a informação dos Estados, porque nós não temos uma visão do  
1472 todo, talvez em algum momento o papel do Cipam seja sentar junto com a  
1473 Abema e com a Anamma fazer uma mini integração do que se tem de  
1474 ambiente nacional. Que aí você vai ver sobreposições, depois talvez desse  
1475 conhecimento adquirido focar alguns assuntos que tenham maior capilaridade,  
1476 o impacto do setor produtivo, que tenha maior participação do Governo  
1477 Federal, que seja de capilaridade do Governo Federal, que os Estados tenham  
1478 interesse, que os municípios atuem e ver, olha está no rumo? Isso aqui nós  
1479 poderíamos dar uma contribuição para o melhor rumo. E o Conama? Nós  
1480 poderíamos chegar no momento que ao invés de termos aquele desgaste com  
1481 moções que são extremamente importantes, requerimentos, Resoluções, talvez  
1482 sim, assumo um papel de dizer “olha Governo, nós fizemos uma avaliação e  
1483 nesse determinado nessa determinada questão nós entendemos que a nossa  
1484 colaboração poderia ser no seguinte sentido, por exemplo, mudança de rumos  
1485 em um determinado programa”. Que talvez por inércia os Estados estejam  
1486 acompanhando, como a União vai e paga, os Estados acabam acompanhando.  
1487 Não é o que eu quero, mas é o que eu tenho e o que eu posso ter. Então, eu  
1488 vou nesse sentido. Então, talvez assim nós pudéssemos ter um Conama não

1489só refletindo, mas colaborando para esses desvios do rumo. Eu posso estar um  
1490pouco, Bocuhy, sonhando um pouco alto, mas eu acho que se nós tivermos  
1491habilidade no Cipam de conhecer um pouco mais, se apropriar desse  
1492conhecimento, não ficar fazendo muito teses, eleger com alguns focos, alguns  
1493critérios e alguns princípios, acho que nós conseguimos até o final do ano fazer  
1494não só um balanço de resultados de dados operacionais, de Resolução, de  
1495aplicação, mas dizer: “olha Governo para o próximo ano seria conveniente o  
1496Conama se julga suficientemente maduro para recomendar ou para avaliar, ou  
1497para até confirmar que tal política está indo bem”. Então, assim, elaborando  
1498procedimentos absolutamente sem nenhuma maturidade do raciocínio. Eu  
1499estou um pouco levantando o cenário que nós podemos trabalhar e conduzir  
1500nesse sentido. A Jacqueline tinha pedido a palavra.

1501

1502

1503**A SR<sup>a</sup>. JACQUELINE VIEIRA DA SILVA (Governo de Estado de Goiás)** – Eu  
1504acho que foi uma sintonia, mas você sempre seguiu mais por essa praticidade  
1505e essa capacidade de sintetizar o pensamento coletivo é essa necessidade da  
1506interlocução mesmo com os Estados. Na primeira reunião do Fórum dos  
1507Secretários de Bioma Cerrado, nós tivemos um embate muito grande por falta  
1508da interlocução do Ministério com os Estados de Cerrado. Então, às vezes têm  
1509informações que não coincidem com as informações que nós temos nos  
1510Estados. Então, eu acho que essa interlocução é muito importante e para nós  
1511construirmos isso porque assim como o Paulo traz uma especificidade nós  
1512temos aqui os quilombolas que estão aqui pertinho, que faz todo esse trabalho  
1513de conservação, têm uma cultura de sobrevivência, mas e aí: O que realmente  
1514está sendo feito para garantir essa biodiversidade? Nós temos inclusive  
1515problemas sérios nessa região. Então, o que nós vamos fazer? E eu acho que  
1516que mais importante é nós podermos juntos aqui primeiro, segundo e terceiro  
1517setor é nós caminharmos no sentido de dar mais qualidade para este País,  
1518para as pessoas, elevação de escolaridade, maior entendimento do que seja  
1519isso porque, às vezes, nós estamos fazendo para e não fazendo com e aí as  
1520pessoas não sabem nem porque estão recebendo, não se apropriam. Então,  
1521acho que é realmente se apropriar de todo esse conhecimento, de tudo isso  
1522que está sendo construído, mas que nós não conseguimos avançar enquanto  
1523nação porque fica muito só no estafe.

1524

1525

1526**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria fazer  
1527uma provocação. Nós lá do Proam e o pessoal de São Paulo, que fazem arte  
1528do nosso grupo, nós temos vários cientistas, gente que escreva a Agenda 21, o  
1529Proam tem uma assessoria técnico muito consistente inclusive internacional. A  
1530nossa grande preocupação com relação à América do Sul é especificamente o  
1531conceito de capacidade de suporte, limite de alterações aceitáveis dos  
1532ecossistemas. Eu acho que o Brasil não tem clareza disso, por exemplo,  
1533quando nós falamos de mudanças climáticas nós não consideramos  
1534transposição da umidade da Amazônia para a sua região, mantendo aquele  
1535arco de nascentes que vocês têm a formação da Bacia o Paraná, a  
1536sobrevivência do Pantanal, isso se deve à transposição de umidade em uma  
1537região que está sendo desmatada continuamente. Essa avaliação nós não  
1538assistimos, a incidência dos rios voadores, a transposição de umidade pelo

1539País que é a nossa maior riqueza que a chuva, na verdade, nós protegemos os  
1540rios, mas nós esquecemos de proteger essa transposição de umidade. Essa  
1541visão mais ampla sobre a manutenção dos ecossistemas, apesar de parecer  
1542tão subjetiva ele é muito real, hoje ela está mapeada e é possível nós  
1543desenvolvermos no sentido dessa proteção levando em consideração  
1544capacidade de suporte ambiental, o limite de alterações aceitáveis etc.. A  
1545segundo questões é uma questão de caráter muito prático e objetivo, é saber o  
1546nosso deslocamento do Conama todos os anos e tanta contribuição para  
1547Resoluções, se realmente elas são cumpridas. Nós temos que trabalhar  
1548objetivamente dentro do Cipam, Deusdará, com a perspectiva de formação  
1549Grupos de Trabalho e de uma Comissão de Avaliação do Estado da arte hoje  
1550de aplicação dessas Resoluções do Conama. Eu acho que isso é a nossa  
1551missão número um. E a segundo eu insisto é uma visão maior sobre  
1552sustentabilidade, algumas questões que não estão sendo contempladas no  
1553Brasil, apesar de na questão de mudanças climáticas nós já estarmos sofrendo  
1554os efeitos dessas alterações. Só para vocês terem uma ideia da nossa  
1555preocupação, todo o potencial de obras construídas no Brasil de infraestrutura,  
1556por exemplo, rodovia dos imigrantes em São Paulo, a encosta da Serra do Mar  
1557e etc. que hoje têm várias falhas por conta de desmoronamento, estão hoje  
1558sujeitas a uma pluviosidade que não está na série histórica. O que o INPI diz  
1559é: "rasguem a série histórica porque ela na vale mais, o fenômeno hoje é  
1560errático". Então, toda a dimensão de obra realizada em encosta do Brasil foi  
1561feita de acordo com a série histórica e, portanto, hoje estão todas vulneráveis  
1562frente a um fenômeno que é errático. Nós não temos trabalhado no Brasil a  
1563perspectiva de uma avaliação de todo esse conjunto de áreas de  
1564vulnerabilidade e como é que nós adaptamos isso a esse processo. Nós  
1565falamos em vulnerabilidade como sendo uma coisa teórica, tão distante, mas  
1566na verdade ela está em cada estrada construída em encosta, cada  
1567assentamento humano e etc.. Então, eu só estou pontuando algumas questões  
1568de preocupação de política nacional que nós poderíamos eventualmente  
1569provocar através o Cipam, mas começando por nossa lição de casa que é  
1570saber se nossas resoluções são aplicadas.

1571

1572

1573**O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (CNI)** – Eu vou aproveitar  
1574aqui a fala do Bocuhy e ratificar, inclusive essa história da importância de nós  
1575avaliarmos a aplicação das Resoluções dentro do Conama. Para não acontecer  
1576como aconteceu com o diesel, naquele caso famoso aí onde a coisa só foi vista  
1577no apagar das luzes. Agora, pegando aqui a fala do nosso colega do Ceará, eu  
1578acho que quando você fala a questão da Bolsa Verde tem uma coisa muito  
1579mais ampla que é o PSA, o Pagamento dos Serviços Ambientais, o Bolsa  
1580Verde foi colocado como uma possibilidade, um instrumento dentro de uma  
1581política que ainda nem está construída ainda. Nós não temos a política ainda  
1582funcionando, nós não temos uma política definida de Pagamento de Serviços  
1583Ambientais, talvez seja mais uma tentativa de não deixar morrer o Pró-  
1584Ambiente que é o que existia antes e que tratava desse assunto. Então, nós  
1585temos hoje um instrumento ali no Governo Federal de Pagamento de Serviços  
1586Ambientais, mas ainda é muito pouco, ainda é muito incipiente. Se nós  
1587considerarmos que lá em Roraima, eu vim de Roraima agora, teve até uma  
1588participação do Ministério do Meio Ambiente, só tem uma Bolsa Verde, quer



1589dizer, uma Bolsa Verde você não constrói APL você não constrói nada. Então,  
1590é só realmente mais um Fundo Social do que propriamente dito ambiental.  
1591Agora voltando aqui ao nosso assunto, eu tenho uma preocupação em relação  
1592a quem que examina, a quem que analisa essas interfaces entre aquelas ações  
1593ambientais que estão em outros Ministérios, que são aqueles programas que  
1594você referiu aqui e a questão ambiental propriamente dita. Qual é a minha  
1595preocupação? Por exemplo, para não acontecer isso que aconteceu hoje de  
1596manhã aqui, não aconteceu nada, mas foi relatado, a questão do licenciamento  
1597ambiental dos assentamentos rurais, quer dizer, existia uma política de  
1598saneamento rural, de reforma agrária que correu em paralelo quando muito  
1599discrepante com a Política Ambiental. Então, não existia um cumprimento da  
1600questão ambiental por parte de uma política de assentamento e de reforma  
1601agrária, quem está analisando isso para que não venha ocorrer de novo, mais  
1602uma vez olhar para frente. Nós detectamos o erro atrás, o que aconteceu e  
1603vamos corrigir, não vamos caçar as bruxas não, mas vamos tentar que isso  
1604não aconteça mais uma vez.

1605

1606

1607**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Coordenar uma quantidade  
1608de programas com a divergência, com a dispersão que isso tem não é simples,  
1609mas essa coordenação é do Ministério do Planejamento e Orçamento, existe  
1610um núcleo específico de coordenação, um sistema que tenta integrar essas  
1611políticas, que acompanha os indicadores. Flávia fala um pouco disso, por favor.

1612

1613

1614**A SR<sup>a</sup>. FLÁVIA NASCIMENTO (MMA)** – Essa coordenação é feita pelo  
1615Ministério do Planejamento. Lá dentro eles têm coordenações setoriais, então  
1616eles têm uma coordenação só para área de meio ambiente que monitora não  
1617só os nossos programas temáticos, como também monitora os objetivos, metas  
1618e iniciativas e ações que nós temos em outros programas, que não estejam  
1619ligados diretamente ao meio ambiente. Então, eles têm essa coordenação lá e  
1620eles fazem esse processo de monitoramento em conjunto com a setorial aqui,  
1621do Ministério do Meio Ambiente, eles têm interface com Ibama, com Agência  
1622Nacional de Águas, com as vinculadas, conosco aqui e eles mesmo produzem  
1623um relatório de avaliação das políticas, que é enviado ao Congresso Nacional  
1624anualmente e isso subsidia o processo de revisão e atualização do plano.  
1625Então, o que está discrepante ou que precisa de uma revisão porque aquela  
1626meta não vai ser atingida até 2015, que você vê que tem problemas e precisam  
1627ser reprogramadas, a partir dessa avaliação. Eles propõem junto com as áreas  
1628finalísticas, junto com as equipes técnicas que isso seja revisto com o plano  
1629que anualmente tem uma de revisão. Agora, nós ainda não sabemos como vai  
1630ficar porque como é uma metodologia nova, nós estamos esperando isso, não  
1631é Eder? Ter esse retorno deles de como vai ficar essa revisão e atualização do  
1632plano.

1633

1634

1635**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Pode incluir um informe? Na  
1636próxima reunião um informe específico sobre o acompanhamento. Eu tive, eu  
1637estou polarizando um pouco a reunião, mas já não me sinto mais presidindo a  
1638reunião, me sinto tentando apresentar resposta de vocês, da provocação de

1639você. Eu tinha falado de PPA Federal e PPA Estaduais, mas nós temos uma  
1640grande oportunidade no Conama até para perguntar para as ONGs se elas têm  
1641um plano de ação, que tipo de... Não o PPA, mas o que o setor, o terceiro  
1642setor tem nos próximos 4 anos pensando em fazer, não do ponto de vista  
1643necessariamente orçamentário, mais de macro desafios como o Bocuhy  
1644colocou aqui uma preocupação. Que aí se nós conseguirmos montar um  
1645cenário sem disputa, um cenário de transparência entre o que o PPA Federal, o  
1646que os PPAs Estaduais adotam e têm de convergência ou não, quais são os  
1647macro desafios do terceiro setor e isso vale, inclusive para a iniciativa privada  
1648que está atrapalhando com perspectivas de licenciamento, petróleo e gás, uma  
1649porção de coisas que estão aparecendo, expansão de portos, se nós não  
1650s sofisticarmos, quer dizer, eu acho que nós conseguimos no Cipam trazer um  
1651pouco dessas partes e formar um todo que seja extremamente interessante  
1652nós estarmos com outra informação ao Conama e não aquela informação da  
1653disputa, da ineficiência ou meramente da Resolução. Bocuhy, com relação a  
1654questão da Resolução eu fui informado pela Adriana que já houve iniciativa de  
1655consultorias de avaliar a efetividade, a eficácia e eficiência das Resoluções.  
1656Problema método é seriíssimo, quer dizer, como que se avalia uma Resolução,  
1657que método e que critério, é pelo percentual de área, é pelo número de  
1658atingidos, é pela mudança de comportamento. Eu acho que isso é um desafio  
1659que nós temos que perseguir, mas em algum momento nós vamos ter que ter  
1660foco ou caminhar com as duas coisas de forma, digamos, paralela porque me  
1661parece que essas questões da política é um pouco distante, não tão distante,  
1662mas distante um pouco apartada da avaliação das Resoluções. Eu acho que é  
1663extremamente importante, essa LC 1240 e o Novo Código vai provocar essa  
1664revisão e aí não vai ser muito método não, tem conflito, não tem conflito, o que  
1665aproveita, o que não aproveita, isso é bom para fazer uma lipoaspiração  
1666naquele livro da Adriana, que nós tivemos a oportunidade de participar de uma  
1667série de Resolução, mas a preocupação Cipam, eu me coloco mais na questão  
1668dessas política de integração ambiental que nós poderíamos encaminhar nesse  
1669sentido.

1670

1671

1672**A SR<sup>a</sup>. JACQUELINE VIEIRA DA SILVA (Governo de Estado de Goiás) –**

1673Essa... Nós percebemos isso há muito tempo que é o primeiro, segundo e  
1674terceiro setor nós entendemos que no nosso País, se nós na conseguirmos  
1675cruzar as informações, que nós sabemos muito bem que têm ações do terceiro  
1676setor que o primeiro não vai fazer e nem o segundo. Então, cruzar essas  
1677informações. E eu queria pedir licença porque é uma preocupação que tenho  
1678externado, até já tenho escrito sobre isso, que é a questão da informação para,  
1679e o Bocuhy falou da Agenda 21. Nós trabalhamos, tivemos uma oportunidade  
1680de desdobrar na Agenda 21 e lá tem algumas questões ligadas muito ao jovem,  
1681á mulher, às crianças e tal. Então, hoje se nós não mudarmos as nossas ações  
1682no Brasil fica muito difícil promover a nação, porque os nossos jovens não  
1683sabem, por exemplo, é uma discussão que nós temos feito em Goiás junto com  
1684o Fórum Empresarial, os nossos jovens não sabem quais são as empresas que  
1685estão localizadas no Parque Empresarial do Estado. Eles não sabem. Então,  
1686isso não gera perspectiva para os jovens. Eles não sabem, o que eu vou fazer?  
1687Eu vou me formar para que? Onde que tem emprego? Então, eu acho que isso  
1688é um problema seriíssimo, assim como eles não sabem quais são os potenciais

1689ambientais do Estado. Eles não conhecem o bioma deles. Então, o que o  
1690jovem no Japão sabe, nos Estados Unidos sabe sobre o Bioma Cerrado, por  
1691exemplo, os nossos não sabem. Então, o que eles sabem sobre a Amazônia e  
1692todas essas informações que o senhor trouxe eles sabem lá, e aqui os nossos  
1693não sabem. Como é que eu vou valorizar uma coisa que eu não conheço? Uma  
1694coisa que eu não sei o valor. Então, eu não sei o que é o setor produtivo no  
1695meu Estado, eu não sei o que é o potencial ambiental do meu Estado. Então,  
1696se nós não fizermos essa interlocução, se ela não for mais abrangente, com  
1697outros setores do nosso País nós vamos ficar nessa dificuldade, o nosso povo  
1698cada vez mais emburrecido, com mais facilidade de comprar as coisas que são  
1699vendidas do submundo. Então, é muito sério o que nós estamos vivendo  
1700enquanto porque a nossa nação está empobrecida. Nós temos feito lá uma  
1701discussão, uma provocação muito grande no Estado para que o setor produtivo  
1702se posicione e nós estamos... Onde que nós temos... Nós temos que ir para ir a  
1703escola. Nós temos que ir para as escolas, a educação tem que se posicionar  
1704em termos do que é que nós estamos oferecendo para essa menina que não  
1705consegue perceber o que é o Brasil. O que adianta nós seremos quinta  
1706economia do mundo, sexta economia do mundo e ter a piora distribuição de  
1707renda de mundo e o nível de escolaridade baixo. Então, se nós não elevarmos  
1708a escolaridade, nada, fica muito difícil porque nós estamos discutindo aqui, nós  
1709queremos deixar um pouco as frustrações porque essas Resoluções têm  
1710efetividade onde? Só no setor produtivo, só no interesse ambiental e aí? Então,  
1711é preciso acho ampliar isso, é preciso fazer com que fato a nossa nação  
1712discuta. Então, esse ano nós estamos com uma questão muito boa, que é a  
1713conferência. A conferência é excelente, vamos discutir um tema atualíssimo e  
1714dá para pegar todo mundo. Pega todo mundo. Eu acho que nós temos uma  
1715oportunidade de fazer dessa conferência o ponto de partida para nós estarmos  
1716trazendo todas essas questões para dentro de casa, para dentro da escola,  
1717para efetivamente elevar o nível de consciência, até porque a palavra é esta  
1718mesmo, qual a consciência? Que nível de consciência tem o nosso povo em  
1719relação a tudo que nós estamos discutindo?

1720

1721

1722**O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo de**  
1723**Estado do Ceará)** – Se, discordar em nenhuma palavra da Jaqueline, mas  
1724sendo mais, pensando na coisa mais objetiva aqui do Cipam, para não parecer  
1725que é contradição, é uma coisa mais nossa aqui. Eu acho assim, concordando  
1726com os que falaram antes, acho que tem três funções que foram levantadas  
1727aqui, que embora nós não tenhamos construído como, eu acho que são coisas  
1728que nós, que o Cipam precisa se apropriar, até para responder primeiro ao que  
1729o Bocuhy falou sobre a questão da avaliação da efetividade das nossas  
1730Resoluções. Eu acho que é um papel nosso sim, mas eu concordo que é difícil  
1731a partir de qual perspectiva nós estamos querendo avaliar essa efetividade. E  
1732aí se nós não temos uma discussão estratégica antes, não dá para você fazer  
1733um juízo de efetividade porque a efetividade da Resolução é função do cenário  
1734que nós passamos, quer dizer, traço um cenário e digo “o cenário é este. O que  
1735nós vamos resolver em termos de orientar condutas para acelerar, mitigar ou  
1736evitar o cenário”. Então, precisamos ter o cenário. Eu acho que ainda que  
1737possam ser processos do ponto de vista organizacional, interno, separados,  
1738mas são absolutamente complementares e necessários. E por fim, a

1739preocupação do Mário, eu acho que ainda que tenha uma capacidade limitada,  
1740e aí eu vou não é discordar de você Deusdará, mas eu acho que os  
1741instrumentos de regulação têm sim potencial de coordenação. Ou seja, uma  
1742Resolução também pode ser instrumento de coordenação. Ela pode dar  
1743indicativos para a coordenação. É claro você não coordena a ação porque aí  
1744vai ser o Ministério do Planejamento e tal. Eles se coordenam, a execução do  
1745gasto, o pagamento, mas evitar que o Incra faça uma política de assentamento  
1746descasada do processo de regularização ambiental, ou que o Banco do  
1747Nordeste faça uma política de créditos contrária à política de enfrentamento da  
1748desertificação, isso a regulação pode dar sinais claros desde que nós  
1749tenhamos uma visão estratégica de qual são os sinais que nós queremos emitir  
1750claramente. Eu não posso ter um... Ontem eu estava assistindo um programa  
1751sobre carro elétrico, então eu não posso dizer que nós queremos incentivar  
1752tecnologias com menos emissão de transporte, e o Governo lança um pacote  
1753de inovação tecnológica do setor automotivo e não tem um centavo de dinheiro  
1754para desenvolver carro elétrico, por exemplo. Então, e eu acho o que Conama  
1755e o Cipam, já que se propõem a isso por Decreto, pode sim assumir esse papel  
1756e eu acho que ideia do Grupo de Trabalho tanto esse de integração com  
1757Governo Federal, com os demais entes da federação, e com a sociedade como  
1758um todo, podem começando por uma discussão estratégica, mas ao mesmo  
1759tempo, Deusdará, focando em coisas muito... Nós estamos discutindo, como a  
1760Jaqueline falou, nós temos a oportunidade grande que é a Conferência  
1761Nacional de Meio Ambiente e o tema é O Brasil sem Lixão. Ótimo O pessoal  
1762do PPA me ajude porque não achei em que Ministério, eu olhei na Funasa, nas  
1763cidades eu olhei aqui, em que Ministérios nós temos dinheiro para fazer  
1764recuperação das áreas degradadas pelos lixões? Eu falo isso porque no meu  
1765Estado eu não tenho um estava, eu tenho que encerrar até o ano que vem  
1766mais de 200 lixões. Eu não previsão, eu não tenho um programa no orçamento,  
1767eu não tenho um projeto de atividade do orçamento dizendo tem R\$ 50.000,00  
1768para fazer o estudo, para eu saber onde estão os lixões, e qual é a área que eu  
1769vou precisar recuperar. Não tem. E eu tentei Siconve achar para ver se nós  
1770conseguíamos arrumar um dinheirinho da União para e ajudar nisso.

1771

1772

1773**A SR<sup>a</sup>. FLÁVIA NASCIMENTO (MMA)** – O programa para encerramento de  
1774lixões e criação de aterros ele está basicamente lá no Ministério das Cidades.  
1775Você tem algumas iniciativas até do Ministério do Meio Ambiente aqui para  
1776você ter Planos Municipais de Resíduos Sólidos e tudo isso você consegue.  
1777Agora lá no Ministério das Cidades eles têm os recursos para a criação dos  
1778lixões, tanto para encerramento de lixões quando para criação de aterros, mas  
1779eu acredito que dentro da criação de aterros você consegue recurso para isso.

1780

1781

1782**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Aceitando sua provocação,  
1783vamos pegar os contratos dele e colocando o PPA exatamente onde tem  
1784para... Eu estou fazendo a consulta, manda para a Abema e para a Anamma  
1785que nós distribuimos, mas o que eu estou querendo dizer assim, acho que nós  
1786sem prejuízo de pensar estrategicamente nós podemos estar fazendo  
1787discussões muito objetivas de curto prazo, de coisas assim, porque vamos que  
1788tenha nas cidades, as cidades não financiam municípios com menos que

178950.000 habitante, isso é competência de Funasa e na Funasa não tem porque  
1790eu já estive lá na Funasa e a Funasa não tem. Então, dos 184 municípios do  
1791Ceará, desculpa defender o ceará, mas se não servir para Barbacena não  
1792serve para o Brasil. Eu tenho dos 184 Municípios do Estado eu tenho 18 que  
1793tem mais de 50.000. Então, mas é só pegando um caso.

1794

1795

1796**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Se apropriando do seu caso  
1797e colocando esse caso no modelo de conhecimento das políticas e vendo uma  
1798não contemplação dessa política para um caso específico, aí nós poderíamos  
1799chegar e será que não está na hora de propor, o Conama propor ao invés de  
180050.000 habitantes seja 10.000, quer dizer, que esse recurso esteja claramente  
1801colocado no PPA, quer dizer, esse tipo de coisa que eu acho que nós podemos  
1802sinalizar com Conselho absolutamente... Aí a função de Conselho, mas aquele  
1803conselho, esse negócio foi discutido em todas as esferas, isso aqui é um ponto  
1804comum. Então, aí não é uma coisa de terceiro setor, de setor produtivo, de  
1805Estado, de União, um grupo de pessoas que está preocupado com as coisas  
1806que a Jaqueline colocou muito bem e que esse ponto é um gargalo que nós  
1807recomendamos por tais e tais razões que não se repita, assim, assim. Com  
1808relação ao Programa de Serviços Ambientais, o Código Florestal tem um Artigo  
180941 que fala do Programa de Apoio e Incentivo à Conservação, à Proteção da  
1810Natureza, então lá você tem uma sequência de carbonos, serviços ambientais,  
1811você tem um conjunto de comandos que nós estamos começando a discutir  
1812com o Ministério da Fazenda, vai ter uma reunião dia 29, a CNI está convidada,  
1813se não está convidada vai ser convidada, um grupo muito pequeno, Abema  
1814também, para poder fazer um termo de referência da regulamentação do Artigo  
181541 do código e vamos começar pela cota de reservo ambiental. Então, vai ser  
1816um grupo pequeno, Contag, CUT, Anamma, o Governo Federal, CNI, vocês  
1817devem estar recebendo um convite que não é para... Simplesmente vou dizer  
1818como vamos abordar esse problema? Para depois nós abrimos a discussão.

1819

1820

1821**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – O Setor Florestal de  
1822Florestas Plantadas tem o maior ativo ambiental de terras sem ser do Governo,  
1823a maior área preservada está de posse das empresas que utilizam como  
1824matéria-prima floresta plantadas. A questão de serviços ambientais é de suma  
1825importância. Nós temos esse grande ativo e não seria mais justo do que essa  
1826política, todo aquele cabedal que existe no Artigo 41 fosse regulamentado.  
1827Sequestros de carbono é outro grande potencial da floresta plantada. Então,  
1828nós estamos muito otimistas com essa, vamos dizer, e gostaríamos de  
1829participar dessa discussão.

1830

1831

1832**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Nós estaremos fazendo o  
1833convite para esse grupo específico para poder fazer um esqueleto de ações  
1834para antecipar. Eu vou inscrever o Luiz Alberto, o Bocuhy depois partirmos  
1835para encaminhar, já é 12h00 e nós encerramos.

1836

1837

1838 **SR. LUIS ALBERTO DE MENDONÇA SABANAY (MPA)** – Eu acho tem  
1839 duas questões de fundo que precisam estar bem claras no papel dos gestores  
1840 e dos organismos internos de Governo em parceria com a sociedade. Eu acho  
1841 que tem avaliar o ganho da evolução desse processo do PPA, o que significa  
1842 isso como bases para um planejamento de futuro de longo prazo estável? Eu  
1843 lembro em 2003 quando nós chegamos aqui, não sou gestor fixo da política, na  
1844 verdade, para o Ministério da Pesca, da dificuldade de nós conversarmos  
1845 nesse conjunto de estruturas que nós temos aqui, cada um era um feudo em  
1846 torno de um grande palácio um rei, cada um tinha sei clero e fazia a política  
1847 que achava por bem. Quando os sistemas foram evoluindo ao longo desses 10  
1848 anos e chegou nesse processo do PPA, Francisco, que nós tivemos a  
1849 oportunidade de ver onde é que se encontravam as nossas políticas no  
1850 conjunto das políticas de Governo e no conjunto das políticas, por exemplo,  
1851 aqui entre nós, Pesca e Meio Ambiente. Então, eu acho que esse essa  
1852 avaliação tem que ter muita clareza. A segunda questão eu acho que esse  
1853 período agora é o período das Conferências Nacionais. É onde vão ser  
1854 avaliadas e propostas novas políticas em termos de futuro para o País nos  
1855 mais diversos setores. Essa política que nós estamos conversando aqui nós  
1856 temos que difundir, diluir no conjunto das políticas que estão, é uma política  
1857 central, estratégica para o País, de longuíssimo prazo e ela tem que ser  
1858 incorporada, já é, mas algumas de outra forma nós aprimoramos os  
1859 mecanismos de diálogo com o conjunto das demandas que a sociedade traz,  
1860 que o que setor produtivo traz no nosso caso, e com os demais setores de  
1861 desenvolvimento do País. Eu acho que é uma oportunidade que o Cipam como  
1862 órgão de integração de políticas tem para acionar. Eu acho que o terceiro  
1863 ponto, o resultados quando fala assim, avaliar resultados de leis ou do próprio  
1864 processo de Governo, eu acho que nós podemos fazer a avaliação do  
1865 resultado de método de processo. Não estou muito crente que nós tenhamos  
1866 que 2 mais 2 dá 4 nessa relação ainda. Eu acho que ela é incipiente para o  
1867 processo do PPA. Por exemplo, o Ministério do Planejamento, o mesmo setor  
1868 que fiscaliza, monitora, vocês também nos monitoram, o que eles estão  
1869 fazendo hoje objetivamente, estão indo aos Estados conversar sobre a  
1870 integração das políticas e sistemas. Hoje tem uma secretaria que só faz isso.  
1871 Está viajando o País todo, Estado por Estado para ver se equaciona essa  
1872 relação. Então, é muito mais o ganho do sistema do que o ganho do resultado.  
1873 Eu acho que nós temos que contribuir para aprimorar isso. E têm duas  
1874 questões que eu acho que têm que ser levadas em consideração, tem uma  
1875 delas que são as políticas emergenciais, por exemplo, vai transpor o Rio São  
1876 Francisco, tem o parque, tem que decidir sobre isso, mas tem que decidir na  
1877 clareza da urgência que tem esse negócio. E também criar os mecanismos  
1878 necessários para poder ir equacionando o processo em termo de longo prazo.  
1879 Essa questão do licenciamento ambiental, hoje foi levantada aqui as  
1880 competências, nós estamos em um debate de necessidade de efetivar uma  
1881 política discutindo esse aspecto. Por exemplo, nós investimos em 10 anos um  
1882 bilhão de custeio no Ministério da Pesca e aquicultura, e só conseguimos  
1883 licenciar três parques aqui, com as quatro funcionando porque tem esse debate  
1884 com os Estados, eles são mais reais que o rei. Então aí não entendo muito  
1885 como nós podemos equacionar essa relação que precisa ser... É um processo  
1886 que está em curso no desenvolvimento do País e que precisa ser trabalhado de  
1887 forma efetiva. E o de longo prazo. O de longo prazo é o planejamento que acho

1888que nós temos que aplicar pelo menos nesse período e no esforço de deixar a  
1889semente para esse futuro que nós imaginamos que é bom.

1890

1891

1892**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, eu ia fazer a  
1893seguinte consideração, o que às vezes não refletimos muito é sobre o nosso  
1894papel como o Conama, o que nós somos no sistema ambiental brasileiro, nós  
1895tivemos uma discussão com a Organização Mundial da Saúde, nós recebemos  
1896em São Paulo o Doutor Comacerã que é presidente da Organização Mundial  
1897da Saúde e nós se discutimos com ele a necessidade de um indicador de  
1898democracia para implementar uma política de saúde planetária, porque não  
1899existem indicadores de democracia, você consegue mapear instâncias  
1900participativas. É nesse sentido que eu gostaria de fazer essa pequena  
1901observação. Nós somos uma instância participativa, mas nós não fazemos uma  
1902avaliação da nossa efetividade também. Realmente se o Conama ele consegue  
1903a contento desenvolver o seu papel no sentido de ter uma visão desse conjunto  
1904de ações que acabam eu diria constituindo a Política Nacional de Meio  
1905Ambiente, que é a Bíblia do próprio Ministério do Meio Ambiente. A primeira  
1906questão é pensarmos sobre a nossa efetividade no sentido de conseguir pautar  
1907algumas questões do Conama. Eu tenho lutado já há cinco anos, quatro anos e  
1908pouco a pautar no Conama a revisão dos padrões de qualidade do ar do Brasil  
1909que estão defasados há 20 anos pela Organização Mundial da Saúde. Esse é  
1910um caso, eu diria, extremamente grave e nós não conseguimos dar start para  
1911esse processo de revisão. Quando São Paulo o padrão de qualidade de ar está  
1912lá como regular, na verdade, pelo padrão da OMS é péssimo, as pessoas estão  
1913sendo internadas e atendidas em pronto-socorro por conta da poluição. Então,  
1914eu queria fazer essa observação sobre o papel do Cipam de acompanhar as  
1915políticas ambientais, Deusdará, essa é a nossa função e nesse sentido eu  
1916gostaria de pedir uma apresentação para o Cipam da Política Nacional sobre  
1917Poluição do Ar, qual é o política do Ministério porque chegamos a um ponto de  
1918insustentabilidade na nossa, eu diria na nossa reivindicação que vem há quatro  
1919anos e nós não obtivemos resposta de porque o Governo Federal não se  
1920debruça sobre a poluição brasileira. Sendo que comprovadamente nós  
1921estamos defasados 20 anos, em alguns parâmetros 50% de diferença de  
1922vulnerabilidade para os organismos vivos, principalmente organismos  
1923humanos. Então, eu gostaria de fazer um pedido de uma apresentação pela  
1924gravidade da situação, tendo em vista que nós vamos entrar de novo no  
1925período de inverno e a situação se agrava de novo, principalmente na minha  
1926região e em outras regiões brasileiras também e bom, e que isso represente  
1927essa falta da efetividade do nosso papel como Conselheiros, no sentido de  
1928provocar através daquilo que é instituído no Brasil de gestão participativa, nós  
1929chegamos a esse de representar a sociedade, nossos segmentos, mas e daí?  
1930Nós conseguimos efetivamente trabalhar esse processo? Como é que é a  
1931resposta do setor publico, do próprio Governo.

1932

1933

1934**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Bom, nós registramos a sua  
1935preocupação eu queria pensar em um encaminhamento a respeito do que nós  
1936apresentamos como informe do PPA 2012/2015. Nós vamos disponibilizar esse  
1937material para vocês na página do Conama. Talvez nós não tenhamos a

1938 maturidade suficiente para poder agora estabelecer um procedimento como o  
1939 Paulo Henrique colocou, quer dizer, até a importância de uma Resolução seja  
1940 feita de coordenação. Talvez nós pudéssemos abrir um momento para nós  
1941 refletirmos sobre isso e abrir um espaço comunicação via mensagem eletrônica  
1942 para nós termos uma pauta mais clara na próxima reunião do Cipam. Que seria  
1943 a proposta. Com uma proposta. Para encaminhar porque eu acho que nós  
1944 estamos muito crus. Eu acho que tem a questão da avaliação bem colocada  
1945 pelo Bocuhy, tem a questão mais reflexiva da Jaqueline, tem essa questão  
1946 mais pragmática do Luis Henrique, tem essa preocupação do colega do  
1947 Ministério da Pesca que está sendo impactado no dia-a-dia, nas relações com  
1948 o Estado, mas vê a significância da alteração do modelo de formulação do  
1949 plano. Tem a questão municipal, tem a nossa colocação já como diretor de  
1950 gestão estratégica de que de fato a nossa equipe possa tentar colaborar na  
1951 modelagem, na mediação, no conhecimento dessas políticas. Então, eu acho  
1952 que nós podemos parar para refletir um pouco e aí nós trocamos algumas  
1953 informações com o DConama e construir uma pauta para reunião a próxima  
1954 reunião. Até para nós não ficarmos assim, próxima reunião poluição, a outra  
1955 floresta, aí nós vamos ter um acúmulo de conhecimento sobre generalidades e  
1956 ter pouco de foco na efetividade. Eu acho extremamente importante que se  
1957 apresente. Não tenha dúvida, como foi feito hoje, eu acho que nós podemos  
1958 abrir, mas temos que ter um rumo e esse rumo nós temos que traçar nós é que  
1959 temos dar esse encaminhamento. E dar o informe ao Conama. É importante  
1960 que nós na próxima reunião do Conama até abramos um espaço de reflexão  
1961 do que foi discutido aqui, que cada um leve aos seus pares esse tipo de  
1962 preocupação e que nós possamos na próxima reunião ter a contribuição deles  
1963 também. Finalmente eu recordo, foi dado um ofício para vocês. Eu estou  
1964 insistindo nisso porque é muito importante. A eleição do membro do Conama  
1965 para a Tripartite Nacional. Nós temos os prazos, os prazos de inscrição, tem os  
1966 prazos de votação, o prazo de apuração dos votos que vai ser no dia 29 de  
1967 abril. E eu gostaria que nós cumpríssemos esse rito, não houvesse  
1968 questionamento já que a Presidente da República deverá logo em maio  
1969 chamar, o mais breve possível a convocação dessa Reunião Tripartite e aí os  
1970 Estados e Municípios estão entrando no seu processo de decisão, o Governo  
1971 Federal deverá ser o Ministério do Planejamento, o Ministério do Meio  
1972 Ambiente e AGU, salvo engano, representantes da área federal. E que nós  
1973 como Conama fizéssemos nosso dever de casa para que nós pudéssemos  
1974 agilizar o máximo possível essa questão de regulamentação. Não havendo  
1975 nenhum informe e nenhuma comunicação eu só queria pedir licença aos  
1976 senhores para agradecer aqui a Flávia, e o Eder que são da minha equipe, que  
1977 prepararam esse material e nos colocamos à disposição, minha equipe à  
1978 disposição de vocês para qualquer outro assunto independente da questão de  
1979 Cipam. Para encerrar Vanessa e Bocuhy.

1980

1981

1982 **A SR<sup>a</sup>. VANESSA ARDUINA LIMA (Anamma Nacional)** – Colocando assim,  
1983 sobre a representação, estava conversando com a Adriana sobre o que é a  
1984 representação Tripartite na 180. Então, é preciso observar sobre, que assim, as  
1985 entidades elas vêm na participação sobre as atividades de porte potencial e  
1986 não com uma cadeira na representação da Tripartite. Fazer essa observação  
1987 até para não ter esse mau entendimento.



1988

1989

1990(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

1991

1992

1993**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Está designando a pessoa  
1994para participar da Tripartite, que ela tem início, meio e fim. Inclusive ela não  
1995tem mandato de dois, três anos, o debate pode acontecer de uma forma célere,  
1996quer dizer, ele não vai ser eternamente membro, não vai ter assento, é em um  
1997determinado momento...

1998

1999

2000**A SR<sup>a</sup>. VANESSA ARDUINA LIMA (Anamma Nacional)** – A Tripartite ela  
2001discute muito mais do que só a decisão das atividades, das excludentes das  
2002atividades e sim toda a gestão ambiental. Então, deixar isso e como aqui está  
2003representante do Conama na Comissão...

2004

2005

2006**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Se for possível, Adriana,  
2007procure uma forma mais adequada, isso não altera prazo, é só entendimento,  
2008se você julgar oportuno conversa com Vanessa depois.

2009

2010

2011**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama/**  
2012**MMA)** – Isso está indo para o site, então talvez, não hoje, mas amanhã nós  
2013consigamos fazer uma alteração só no assunto que é para não deixar margens  
2014a dúvida disso. Só na referência porque quando lê eu acho que não dá essa  
2015margem, mas para efeito de não criar expectativa falsa, isso é importante,  
2016talvez nós modificarmos a redação no assunto

2017

2018

2019**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Perfeito. Bem encaminhado.

2020

2021

2022**O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo de**  
2023**Estado do Ceará)** – Na verdade, se você disser que é representante do  
2024Conama... Para discussão da regulamentação, dos itens previsto na Lei  
2025Complementar tal... Previsto na Lei Complementar... Não precisa fazer  
2026remissão. É o Artigo. 7º. Fundamentalmente isso.

2027

2028

2029**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama/**  
2030**MMA)** – Só para não perder essa chance e se for representante do Conama,  
2031participação de Conselheiro do Conama na Tripartite.

2032

2033

2034**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – A lei tem um comando,  
2035reproduz exatamente.

2036

2037

2038 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama/**  
2039 **MMA)** – Isso. Porque quando nós olhamos ali, que foi o que a Vanessa  
2040 chamou atenção, é participação de conselheiro, não é representante. Então,  
2041 pronto. Na regulamentação.

2042

2043

2044 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Superado Bocuhy. Palavras  
2045 finais.

2046

2047

2048 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só sobre essa  
2049 metodologia que nós vamos adotar para trocar mensagem, como é que vamos  
2050 fazer isso?

2051

2052

2053 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu estava pensando em  
2054 colocar essa palestra no ar, aí gerar um espaço para quais seriam os  
2055 encaminhamentos da próxima pauta do Cipam relacionado à integração de  
2056 políticas ambientais. O que nós pensemos que poderia ser encaminhado de  
2057 proposta, formular uma proposta na próxima reunião nós termos uma proposta  
2058 encaminhamento como é que nós vamos fazer? Vamos agregar PPAs  
2059 Estaduais, vamos tentar fazer um apelo para que as ONGs digam pelo menos  
2060 os macro desafios para nós podermos saber se está todo mundo atuando em  
2061 um lugar, e nós esquecemos as obras cinzentas, se tem duplicação, se tem  
2062 abandonados nesse processo, o setor produtivo, quais as perspectivas dos  
2063 nossos, porque os nosso são obrigatoriamente publicados e transparentes  
2064 porque são por lei, o de você não necessariamente, mas de princípio eu tenho  
2065 certeza que ninguém vai se furtar em dizer os desafios como os vários já  
2066 colocaram, nossa questão é regularização de terras indígenas, melhoria da  
2067 qualidade do ar, para nós podermos tematicamente fazer um grande painel, um  
2068 grande quadro de intenções dos vários setores. Então, a ideia de conversar um  
2069 pouco Bocuhy nesse sentido é nos nós vemos que tipo de encaminhamento  
2070 que nós temos para a próxima reunião do Cipam, materializar uma proposta  
2071 para dizer o nosso rumo vai ser por aqui. E-mail, vai ser um Grupo de Trabalho,  
2072 quer dizer, os Estados, a Abema vai colaborar informando os seus PPAs, o  
2073 caminho é esse fazer um cenário não, é partir para um processo de avaliação  
2074 que não é tão quantitativo quanto o Luis Alberto falou, mas um sistema de  
2075 procedimento. Eu acho que esse espaço que nós temos que reduzir muito um  
2076 pouco a reflexão do Conselho, ser mais ativo nessa reflexão e levar alguma  
2077 proposta para o Conselho para saber se referenda ou não.

2078

2079

2080 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – As nossa reuniões  
2081 são tão espaçadas, o Cipam se reúne... Então, a minha preocupação é que nós  
2082 realmente criemos um sistema mais ágil para que nós possamos durante esse  
2083 período, a nossa gestão é de dois anos, nós possamos ter uma produtividade  
2084 com relação às nossas pautas.

2085

2086

2087 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – A próxima está prevista  
2088 para...

2089

2090

2091 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama/**  
2092 **MMA)** – A nossa não tem previsão ainda. Porque antes do Cipam fazia uma  
2093 avaliação da pauta da Plenária. Mudou essa competência e nós não temos  
2094 uma previsão para a próxima. O que nós podemos fazer, imagino que vai  
2095 facilitar, de antemão vai o site como resultado dessa reunião e já vai a  
2096 apresentação. Depois nós podemos passar por e-mail, o Anderson, que é o  
2097 analista responsável pelo Cipam pode passar a lista dos e-mails para todos  
2098 que estiveram presentes aqui e com isso nós vamos amadurecendo um pouco  
2099 mais a regulamentação disso e o avanço disso.

2100

2101

2102 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Nós não podemos fazer, eu  
2103 tinha um mestre que dizia que quando havia entendimento não precisava de  
2104 Regimento. Então, quando começa a usar muito o Regimento é porque não  
2105 está havendo entendimento. Se nós pudermos usar a reunião o Conama,  
2106 extraoficialmente para nós nos reunirmos em maio, para trocarmos, ficou uma  
2107 reunião sempre de dois dias, tirássemos uma hora disciplinadamente, não a  
2108 reunião do Cipam, é uma reunião informal só para podermos amadurecer até  
2109 maio uma conversa de uma hora, dos membros do Cipam, não é do Cipam  
2110 sobre o que foi colocado. O horário de almoço.

2111

2112

2113 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu ia fazer uma sugestão  
2114 nesse sentido, o Cipam não tem calendário, nós temos várias outras atividades  
2115 e às vezes nós somos atropelados pela convocação. Porque nós não  
2116 determinamos um calendário até porque hoje a reunião foi extremamente rica,  
2117 tem em porção de assuntos que devem ser amadurecidos, que devemos  
2118 discutir nas minúcias. Então, eu sugeriria que nós construíssemos um  
2119 calendário de reunião do Cipam.

2120

2121

2122 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Vamos aproveitar a próxima  
2123 reunião do Conama. Todos vão estar aqui? Se nós temos a oportunidade do  
2124 intervalo do almoço, antes da reunião e depois da reunião.

2125

2126

2127 **A SR<sup>a</sup>. VANESSA ARDUINA LIMA (Anamma Nacional)** – Eu sugeriria até ao  
2128 invés do almoço, talvez cedo porque como o Paulo colocou, exatamente a  
2129 reunião nunca começa 09h00 em ponto, um café da manhã talvez seria mais  
2130 produtivo.

2131

2132

2133 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Nós seremos convocados a  
2134 qualquer momento a compor o fórum, quer dizer nós estaremos do lado e  
2135 vamos para lá. Seria um encontro informal para não gerar nenhuma  
2136 perspectiva de instalação do Cipam, nós trazermos algumas sugestões com

2137base naquilo que foi discutido hoje, daí sim podemos tirar um dia de uma  
2138reunião formal para construir a proposta. Combinados assim? Vamos fazer  
2139assim. Então, de manhã? 9h00. Nós tentamos arrumar um lugar no Ibama para  
2140sentarmos, sem problema. E a Adriano informa o local.

2141

2142

2143**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama/**  
2144**MMA) – 09h00 no primeiro dia.**

2145

2146

2147**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) – Construção da pauta na**  
2148**próxima reunião do Cipam e sugestão de calendário combinado? Gente, muito**  
2149**obrigado. Boa viagem para vocês.**